

CADEIA DE VALOR DA

CASTANHA-DO-BRASIL

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS





CADEIA DE VALOR DA

CASTANHA-DO-BRASIL

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS

FICHA TÉCNICA

Organização: Marcio Halla, Forest Trends

Editora: Beatriz Vianna de Araujo Cintra

Revisão:

Equipe da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends no Brasil (Equipe FT) – Cairã Andrade, Carlos Silva, Fabio Melo, Jonas Gebara, Luan Neves, Marcio Halla, Maria Barcellos, Muyara Ruiz, Nicia Coutinho, Pedro Póvoa, Suellen Mangueira, Tatiana Tintino

Projeto gráfico, ilustrações e diagramação: Lica Donaire, Ecotoré Serviços Socioambientais

Realização: Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends (ICGT-FT)

Diretor da ICGT-FT: Beto Borges

Gerente da ICGT-FT: Carla Cardenas

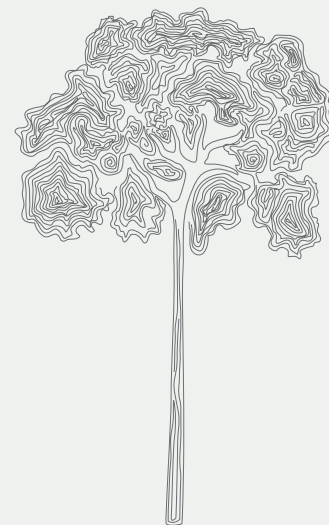
Coordenador do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa: Marcio Halla

Equipe do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa: Equipe FT

Parceria: Povos e Organizações Indígenas do Mosaico Tupi

Parceiros estratégicos: USAID, CIAT e PPA

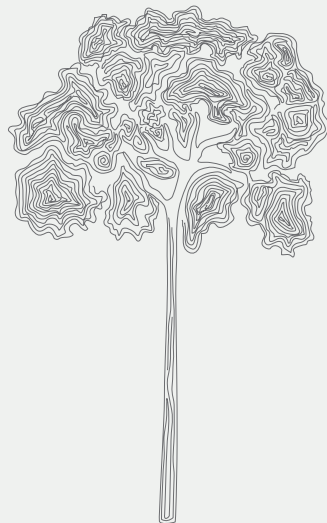
“Esta publicação pode ser reproduzida no todo ou em parte e em qualquer forma para fins educacionais ou sem fins lucrativos, sem necessidade de permissão especial do titular dos direitos autorais, desde que seja citada a fonte. A Forest Trends, porém, gostaria de ser informada e receber uma cópia de qualquer publicação ou menção que venha utilizar esta publicação como fonte. É vetado qualquer uso comercial da publicação.”



CADEIA DE VALOR DA

CASTANHA-DO-BRASIL

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS



SIGLAS

CIAT Centro Internacional de Agricultura Tropical.

Conab Companhia Nacional de Abastecimento.

Funai Fundação Nacional do Índio.

FT Forest Trends.

Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística.

IEI Iniciativas Econômicas Indígenas.

Imaflora Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola.

ICGT-FT Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends.

IPAM Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

ISA Instituto Socioambiental.

NFNC Nossa Floresta Nossa Casa, programa da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends.

ONG Organização não-governamental.

PPA Plataforma Parceiros pela Amazônia.

RESEX Reservas Extrativistas.

Sebrae Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

TI Terra Indígena.

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.



SUMÁRIO

Prefácio	11
Beto Borges, Forest Trends	
Apresentação	15
Marcio Halla, Forest Trends	
Conceitos	21
Marcio Halla e Equipe FT	
 Parte I	
Capítulo 01 – A cadeia	29
Pedro Póvoa e Jonas Gebara	
Capítulo 02 – O mercado	45
Pedro Póvoa e Jonas Gebara	
 Parte II	
Capítulo 03 – O Território Mosaico Tupi	71
Suellen Mangueira e Equipe FT	
Capítulo 04 – As Iniciativas Econômicas Indígenas	85
Pedro Póvoa, Fabio Melo e Equipe FT	
Posfácio	93
Augusto Corrêa, Plataforma Parceiros pela Amazônia	



PREFÁCIO

As mais de duas décadas de parceria com povos indígenas ensinaram à Forest Trends que a colaboração a longo prazo e o apoio às comunidades indígenas é o melhor caminho para estabilizar a fronteira florestal, ajudando-os a defender suas florestas de atividades ilegais e fortalecendo as economias florestais de acordo com sua autodeterminação (BORGES, 2021¹).

As florestas cobrem aproximadamente 30% da superfície da Terra e, conforme estimativa da Forest Trends (WHITE e MARTIN, 2002), estima-se que nas florestas da América Latina, Oeste da África e Sudeste Asiático vive uma população indígena de 60 milhões de pessoas. A conservação dessas áreas e o bem-estar de seus habitantes estão intrinsecamente ligados: a título de exemplo, a América Latina concentra 50% dessa cobertura florestal e 23% da área, aproximadamente 435 milhões de hectares (RRI, 2015), são habitados por povos indígenas e comunidades locais que as utilizam para sua sobrevivência, alimentação, saúde, moradia, fontes de renda e cultura.

A presença desses povos vem mantendo as florestas conservadas devido às suas práticas de uso tradicional e sustentável dos recursos naturais. Ademais, onde os direitos pela segurança territorial estão garantidos por lei, o desmatamento é controlado significativamente, como demonstram dados de monitoramento da Amazônia realizado pela Ecociência: durante 15 anos, 88% do desmatamento na região ocorreu fora dos territórios indígenas, que mantiveram biomassa em maior proporção (FONDO PARA LA DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE - EDF, 2017). Vê-se, portanto, como esses povos contribuem efetivamente para a conservação de paisagens florestais intactas, beneficiando a conservação da biodiversidade e os compromissos climáticos nacionais.

Os dados sobre o desmatamento na Amazônia demonstram também a importância de assegurar aos povos a permanência em seus territórios e de se valorizar seus modos de vida e bem viver. Os territórios indígenas compreendem 22% da extensão total da Amazônia Legal brasileira: proporcionalmente ao território nacional, 13% são Terras Indígenas (TIs) que se estendem por 110 milhões de hectares onde 238 povos, falantes de 180 idiomas diferentes, estão distribuídos em 677 TIs (FUNDO VALE, 2012). Além dessas áreas, existem muitas demandas por

1 O artigo “Por que a bioeconomia Amazônica é um caminho para o Brasil”, publicado pela revista Página22 em 28 jul. 2021, de autoria própria, serviu de base para o texto deste prefácio. Disponível em :< <https://pagina22.com.br/2021/07/28/por-que-a-bioeconomia-amazonica-e-um-caminho-para-o-brasil/> >. Acesso: 15 de dez. de 2021.

novas demarcações que ainda não foram atendidas pelo governo federal e a luta pela regularização das TIs continua sendo de grande importância, assim como é de enorme urgência a governança territorial integrada das que já foram regularizadas.

Além do direito territorial e da importância que as florestas representam para o bem-estar e cultura desses povos e comunidades, a conservação da floresta em pé através da presença deles e o uso sustentável de seus recursos traz benefícios importantíssimos para toda a humanidade. Os povos indígenas e comunidades locais são os principais guardiões dos serviços ecossistêmicos que as florestas oferecem: biodiversidade, água e ciclos hídricos, conservação dos solos, e, especialmente, a regulação de gases que causam a mudança climática. Eles controlam aproximadamente 24% (54.546 MtC) de todo o carbono acima da terra nas florestas tropicais do mundo, uma quantia 250 vezes superior que o gás dióxido de carbono emitido por viagens aéreas no mundo em 2015 (RRI, 2016).

No caso do Brasil, o reconhecimento dos povos indígenas como provedores de serviços ambientais por manterem a floresta em pé foi fortalecido com o decreto federal nº 7.747, de junho de 2012. Foi ele que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a qual estabelece o reconhecimento dos direitos de povos indígenas em relação a serviços ambientais em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais de suas terras (BRASIL, 2012).

Apesar da visível contribuição dos povos para assegurar os serviços ecossistêmicos e mitigar a mudança climática, contribuição, inclusive, reconhecida por mecanismos legais brasileiros, esses povos têm sofrido grandes pressões e violência contra seus direitos territoriais. Devem ser notadas também a ausência significativa de financiamento direto para a garantia de seus direitos e governança territorial, e, ainda, a insuficiência de políticas públicas que reconheçam e assegurem seus direitos e que criem mecanismos que beneficiem o bem viver desses guardiões da floresta. Retornando ao exemplo da região Amazônica, os territórios indígenas detêm 33% do estoque de carbono (WALKERA, 2020) e tiveram 0.1% de perda líquida de carbono de 2003 a 2016 – a taxa mais baixa entre as áreas protegidas da Amazônia (WALKER et al., 2019) –, mas estima-se que somente 11% de todo o financiamento climático seja destinado a apoiar os povos indígenas, sendo que, desse valor, apenas a insignificante porção de 0.4% é recebida e administrada diretamente pelas organizações indígenas (FOREST TRENDS, 2013).

Diante disso, promover a conservação da Amazônia, dando apoio a milhares de povos indígenas e comunidades tradicionais da floresta, é a um tempo um desafio e uma oportunidade para o Brasil. Como força econômica proeminente

e por possuir a maior área de floresta do mundo, o país está posicionado estrategicamente para ser um líder global no desenvolvimento sustentável inclusivo e ambientalmente seguro, criando uma nova maneira de fazer negócios, o que pode e deve ser parte deste momento em que os países lentamente entram na recuperação pós-pandemia de covid-19.

Agora é hora de focar a atenção do mercado e dos consumidores em produtos que sustentem as florestas e suas comunidades, com estratégias locais que tenham impacto global, criando benefícios diretos e mensuráveis para as comunidades da floresta e um clima seguro para todos nós. É urgente a criação de políticas, mercados, infraestrutura e conexões inovadoras e, no Brasil, isso perpassa valorizar a bioeconomia da Amazônia, onde há a oportunidade de se criar cadeias de fornecimento diversas e baseadas na riqueza natural da região.

Nesse sentido, o trabalho direto com os povos, valorizando-os, promovendo seus direitos e garantindo o bem-estar deles, é crucial. O trabalho em economia indígena é essencial para uma boa governança desses territórios tão importantes para os povos e para o planeta, com a convergência e o equilíbrio entre a economia interna das comunidades indígenas, a da reciprocidade, e sua economia externa, a do mercado (HALLA, 2018²).

Esta série de quatro livros sobre as cadeias de valor do artesanato, da castanha-do-brasil, do cacau e do açaí, seus mercados e a realidade dos territórios, reúne muitos aprendizados sobre economia indígena. E essa leitura é um convite para construirmos juntos a prática real do respeito aos direitos territoriais e a sistemas de governança territorial que garantam a inclusão e os benefícios dos guardiões e guardiãs das florestas, assegurando o bem viver de suas comunidades e contribuindo para a mitigação e controle das mudanças climáticas.

Fraternalmente,

Beto Borges

Diretor da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends

2 O texto de autoria própria, publicado em 2018 pela Forest Trends no livro “Governança Territorial Indígena na América Latina” (org: Halla, M.), serviu de base para o texto deste prefácio. Disponível em: < https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/05/Livro-23alt_16largESP1.pdf >. Acesso: 15 de dez. de 2021.



APRESENTAÇÃO

"Pensamos em nosso povo. Temos medo de ficarem como brancos. Queremos que nosso povo viva bem com suas roças e que tenham autonomia. Queremos que a natureza não seja destruída. Que a floresta seja deixada inteira. Assim, muitos animais vão viver e se reproduzir. Se nosso povo deixar invasores entrarem, eles irão matar bichos em vez do povo caçar e comer. Hoje vivemos bem com os outros povos. Antes éramos rivais, como os Suruí, mas agora somos amigos. Gostaria que, no futuro, o povo conseguisse se alimentar e vender seus excedentes. Cuidando do estudo, andaremos do lado da outra cultura. Temos que cuidar do estudo. Temos que ser bilíngues. É muito bom entendermos nossa cultura e também as outras. Devemos entender, comportar e analisar o que é bom e o que é ruim nas culturas diferentes. Não queremos que o nosso povo perca a sua língua" – Professor Waratan Zoró (BARCELLOS et al., 2019).

Waratan Zoró é um dos professores do Povo Indígena Zoró que atuam como mediadores culturais nas escolas do território, a Terra Indígena Zoró, que fica entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, no Território Tupi Guaporé. É seu o depoimento que abre esta apresentação, extraído do livro didático¹ [Nós, Pangyjēj Zoró: nossa terra e as mudanças climáticas](#), e sua fala reúne e unifica de forma simples e objetiva os aspectos culturais, políticos e econômicos da governança territorial indígena: Waratan a inicia e conclui com reflexões sobre a importância da integridade cultural e da educação para a preservação da língua, reforça a importância da união entre os povos indígenas e do encontro e interação com culturas diferentes, enfatiza o estabelecimento de uma conexão direta entre segurança alimentar, manutenção da floresta em pé, proteção territorial e economia indígena. É também assim que a Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends (ICGT-FT) compreende a governança territorial e organiza sua atuação nos territórios indígenas, o que faz através da integração das dimensões cultural, política e econômica e valorizando a autonomia e a autodeterminação dos povos.

O trabalho da ICGT-FT no campo das economias indígenas do Território Mosaico Tupi, um conjunto de Terras Indígenas na porção leste do Tupi Guaporé, foi consequência de processos políticos e culturais. Esse trabalho teve início na Terra Indígena Sete de Setembro, do Povo Paiter Suruí. O fortalecimento da cadeia de valor do artesanato, por exemplo, começou por meio de apoio às mulheres Paiter Suruí e se originou de reflexões sobre questões de gênero, envolvendo grupos e organizações de mulheres. Já a cadeia do cacau, ela começou a ser estruturada como resultado de iniciativas

1 Com apoio da Forest Trends e da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), o livro foi produzido por mediadores culturais do Povo Indígena Zoró para o trabalho deles em sala de aula.

voltadas à segurança alimentar, por meio das quais houve a implantação de sistemas produtivos biodiversos, com viveiros, sistemas agroflorestais, hortas e criação de pequenos animais.

Hoje, sete anos após o início da composição de uma equipe baseada em municípios próximos ao território e com presença constante nas Terras Indígenas, o trabalho com as cadeias da sociobiodiversidade indígena cresceu para além do artesanato e do cacau, agora contemplando também as cadeias da castanha-do-brasil, do açaí e da copaíba, entre outras com potencial cada vez mais evidente. Em 2019, esse trabalho ganhou escala e passou a gerar impactos mais significativos por meio da implementação do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa, com o apoio e parceria da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), do CIAT (Centro Internacional para Agricultura Tropical) e da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA).

A expectativa de duração do projeto é de cinco anos, com encerramento em 2024, e, como um marco que nos situa na metade desse ciclo, temos a satisfação de lançar a série de quatro livros Dos Territórios Indígenas aos Mercados: cadeias de valor do artesanato, da castanha, do cacau e do açaí. Mais do que um marco do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa, aliás, esperamos que esses livros se apresentem como uma espécie de guia para caminhos a serem percorridos na consolidação de mais ações voltadas às economias indígenas e à valorização dos povos, compartilhando e difundindo nossos aprendizados e experiências.

Logo de início, os livros introduzem alguns conceitos essenciais sobre governança territorial indígena e economias indígenas, entendidos como premissas para as abordagens que sustentam os conteúdos abordados em cada capítulo. No Território Mosaico Tupi, as quatro cadeias estão em estágios diferentes, mas os livros estão organizados com a mesma estrutura, em duas partes: partem de um panorama geral das cadeias e dos mercados para logo após serem detalhados aspectos territoriais e lançados olhares sobre iniciativas econômicas indígenas (IEIs).

Optamos por inicialmente trazer uma visão ampla e geral, como o sobrevoo de um pássaro sobre a floresta que estamos trilhando. Assim, na primeira parte dos livros são apresentados dados, informações e aspectos das cadeias e dos mercados que indicam características, desafios e oportunidades, assuntos cujo entendimento é fundamental para que os elos se estabeleçam e se conectem.

Na segunda parte, aterrissamos no território e começamos a nos aprofundar a respeito das especificidades das iniciativas econômicas indígenas do Mosaico Tupi. Firmamos os pés no chão com uma breve apresentação do Território Tupi Guaporé, recentemente estabelecido a partir dos arranjos de governança das cadeias da sociobiodiversidade promovidos pelo Origens Brasil®. Seguimos as trilhas rumo ao Leste para, no Capítulo 03, conhecermos o Mosaico

Mapa 01 - **LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MOSAICO TUPI,
PORÇÃO LESTE DO TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ.**



Tupi, parte do Tupi Guaporé e dos arranjos que estão em construção e onde atua a ICGT-FT: nele há 08 TIs, onde vivem 21 povos indígenas que, além de vivenciarem o mesmo contexto socioeconômico e enfrentarem os mesmos desafios, compartilham línguas, culturas, histórias e cosmovisões.

Finalmente, no Capítulo 04, adentramos as cadeias do Mosaico Tupi, destacando na paisagem aspectos notáveis de cada uma delas. Ao longo dos livros, trazemos também alguns casos de iniciativas do Mosaico Tupi e de outros territórios como referências para clarear os caminhos. É assim, com os pés firmes no chão do território, bem guiados e situados, que propusemos percursos de reconhecimento dos detalhes do trabalho dos povos indígenas com os produtos da floresta, seus aspectos históricos e culturais.

Esse é um caminho que se caminha junto e que se abre ao caminhar. Como organização de apoio a iniciativas econômicas indígenas comprometida com processos participativos e colaborativos no dia a dia do nosso trabalho, o que inclui sempre agregar e trazer novos parceiros, escrevemos esses livros de forma também colaborativa. Os textos trazem traços próprios de cada autor e esperamos que a diversidade e multiplicidade de estilos, formatos e narrativas sejam lidas com a mesma abertura, interesse e fascínio que sentimos ao observar, contemplar e tentar compreender a complexidade e a beleza da floresta, com suas inúmeras interações, estratos, ciclos e sistemas.

Por fim, é importante dizer que algumas das trilhas estão abertas, como os percursos das cadeias e o acesso aos mercados. Outras ainda devem ser mapeadas, traçadas e cuidadosamente exploradas. Sabemos onde se iniciam: dentro da floresta, dos castanhais, açazais, tucumanzais, das centenas de hectares de sistemas agroflorestais compostos por variedades de cacau e outras, por entre as dezenas de espécies que fornecem alimento e oportunidades de renda aos povos, como as matérias primas para o artesanato indígena. Essa série de quatro livros busca torná-las todas mais visíveis e seguras, é um guia para se ter em mãos: queremos agregar conhecimento e promover interações positivas ao equilíbrio das economias indígenas para que sejam abertos mais caminhos dos territórios indígenas aos mercados e para que os fluxos sejam mantidos com base em valores compartilhados.

Boa leitura!

Marcio Halla

Coordenador do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa e da área de economia indígena da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends



Figura 01 – Catarino Sebirop Gavião, líder do povo Ikólóéhj Gavião, precursor na luta pelos direitos dos povos indígenas de Rondônia, incentivador de jovens para valorização de seus saberes tradicionais, especial contador de histórias, foi também castanheiro e estimulou a cadeia da castanha na TI Igarapé Lourdes. **Foto:** José Medeiros (Pacto das Águas).



CONCEITOS BÁSICOS SOBRE A GOVERNANÇA TERRITORIAL INDÍGENA E AS ECONOMIAS INDÍGENAS

Governança Territorial Indígena

Conjunto de sistemas, instâncias e acordos para a organização e gestão coletiva dos territórios indígenas e seus recursos. É baseado na cultura e cosmovisão dos povos indígenas e na garantia do bem viver e de direitos na interação deles com instâncias de governo das sociedades não indígenas.

Bem viver

Visão ancestral de vida e dos modos de ser, viver e fazer dos povos indígenas, baseados na convivência harmônica entre as comunidades e com a natureza. Cada povo indígena tem seu entendimento sobre o bem viver, expresso por nomes próprios em suas respectivas línguas. No caso do Povo Kichwa de Pastaza, por exemplo, o bem viver é compreendido como “SUMAK KAWSAY” e o conceito se sustenta em quatro princípios básicos que são aplicados a seus planos de vida: estão relacionados ao território de abundância e de todas as vidas; à vida comunitária das famílias e comunidades, em permanente interação com o habitat; à produção comunitária mediante práticas de reciprocidade e solidariedade e à gestão e prática cotidiana dos conhecimentos e saberes ancestrais coletivos (informação verbal) ¹.

Planos de Vida

Instrumento de Governança Territorial Indígena baseado na visão ancestral de permanência e continuidade da cultura, da vida em comunidade e da vivência no território e que expressa a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas na

¹ Fala de Alfredo Vitery Gualinga, líder do Povo Kichwa de Pastaza do Equador, na III Oficina de Economia Indígena realizada pela Forest Trends em Altamira (PA) – Brasil, em 10 de agosto de 2017.

gestão de seus bens comuns. Um Plano de Vida pode estar baseado na oralidade e nos modos tradicionais de transmissão do conhecimento, mas, em função das interações dos povos com as sociedades não indígenas, eles têm sido redigidos e passaram a contemplar alguns componentes técnicos. De qualquer modo, devem ser entendidos como diferentes de um plano de manejo de uma Unidade de Conservação ou um plano de desenvolvimento de uma comunidade não indígena. No caso do Brasil, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI - [Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012](#)) estabelece os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) como instrumentos de gestão reconhecidos pelo Estado Brasileiro, aproximando-se de alguma maneira dos Planos de Vida com relação aos processos de construção.

Terras Indígenas

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 231, define terras indígenas da seguinte forma:

[as terras] por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

Além disso, elas são também um direito: os direitos territoriais dos povos indígenas, assim como de outras comunidades locais, são reconhecidos por importantes marcos legais e outros instrumentos, como a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas, de 2008, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 2011, que estabeleceu que os povos indígenas devem ser respeitados por se distinguirem em condições sociais, econômicas, políticas e culturais diferenciadas, por possuírem costumes e tradições próprias e por descenderem de populações que já habitavam a região antes do estabelecimento das presentes fronteiras de Estados-nação.

Bens comuns

Bens, recursos, sistemas, serviços naturais, culturais, econômicos ou de conhecimento cuja criação, uso, restauração e proteção com base em visões de longo prazo requerem ação coletiva (informação verbal) ². Tais recursos podem ser materiais, como a terra, os recursos naturais e a biodiversidade, ou imateriais, como o conhecimento, a cultura e os saberes. A ação coletiva sempre depende de normas e acordos construídos de forma coletiva e consensual.

Duas esferas das economias indígenas

A primeira esfera é a economia do bem viver e da reciprocidade: ela está relacionada às práticas tradicionais, às dinâmicas de trocas, à produção de forma coletiva, aos sistemas de segurança alimentar e independe de relações monetárias ou financeiras. A segunda é a de mercado, ou seja, as relações comerciais com a sociedade não indígena. Quando a economia da reciprocidade se relaciona com a economia de mercado, alguns atritos e tensões frequentemente se estabelecem, como na decisão entre produzir para a subsistência ou para o mercado, a tensão entre jovens e anciãos e a tensão em relação à distribuição de benefícios de aproveitamento de bens coletivos.

Governança Econômica Territorial indígena

A Governança Econômica Territorial é um conjunto de sistemas, instâncias e acordos para a organização e gestão coletiva dos territórios indígenas e seus recursos que depende de como os povos indígenas discutem, analisam e tomam decisões sobre os rumos da economia. Para que a economia dos povos e territórios indígenas seja articulada com o mercado da forma mais benéfica e equitativa possível, é necessário um conjunto de condições, processos, sistemas, acordos e protocolos que devem fazer parte de seus planos de vida e de suas estratégias de gestão dos bens comuns.

2 Fala da Prof. Leticia Merino na II Oficina de Economia Indígena realizada pela Forest Trends em Tena – Equador, em 07 de setembro de 2016.

Iniciativas Econômicas Indígenas

As iniciativas econômicas indígenas são iniciativas produtivas comunitárias que valorizam a cultura, o bem viver e os saberes locais com o propósito de inserção dos produtos indígenas nos mercados. Geridas coletivamente, desde os núcleos familiares às esferas das aldeias e territórios, com formalização jurídica ou não, as iniciativas econômicas indígenas envolvem tomadas de decisões sobre os caminhos da produção que visam à valorização da floresta em pé, à conservação dos recursos naturais e à justiça social. Sejam grupos informais indígenas, associações ou cooperativas, todas compartilham o princípio da coletividade, mas são formas de organização social distintas. As cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, com foco na negociação de produtos ou serviços de seus associados com os mercados, enquanto as associações têm por objetivo promover educação, saúde, assistência social e cultural, representação política, filantropia, defesa de interesses etc., com a ressalva que os estatutos dessas organizações podem prever possibilidades de comercialização, desde que como atividade meio e não atividade final. O grupo informal, por sua vez, não constitui uma figura jurídica: é um conjunto de pessoas que decidiram se unir voluntariamente e que, eventualmente, podem vir a formar cooperativas ou associações no futuro.

Produtos da Sociobiodiversidade

Bens e serviços (produtos, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade e voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Devem promover a manutenção e a valorização de suas práticas e saberes e assegurar os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria da qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

O fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade é fundamental para possibilitar a integração da conservação e do uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do país. Com a inclusão produtiva dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais nesses processos, é possível a agregação de valor socioambiental a essas cadeias produtivas e a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as suas etapas (BRASIL, 2009).

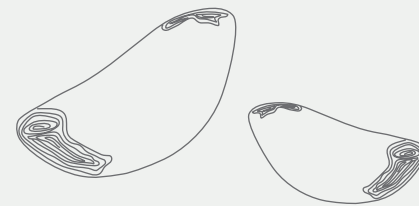
Cadeias de valor

Uma cadeia produtiva da sociobiodiversidade é um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios (BRASIL, 2009).

O conceito de cadeia de valor considera a agregação de valores não monetários ao longo das etapas de produção, ou seja, a valorização dos modos de vida e conhecimentos intrínsecos à natureza local, permitindo a manutenção, para além da mera sobrevivência, dos grupos sociais envolvidos e de suas relações com o meio ambiente físico e cultural (SIMONI, 2010³, p.35 apud ALMEIDA, ALVES et al., 2012).

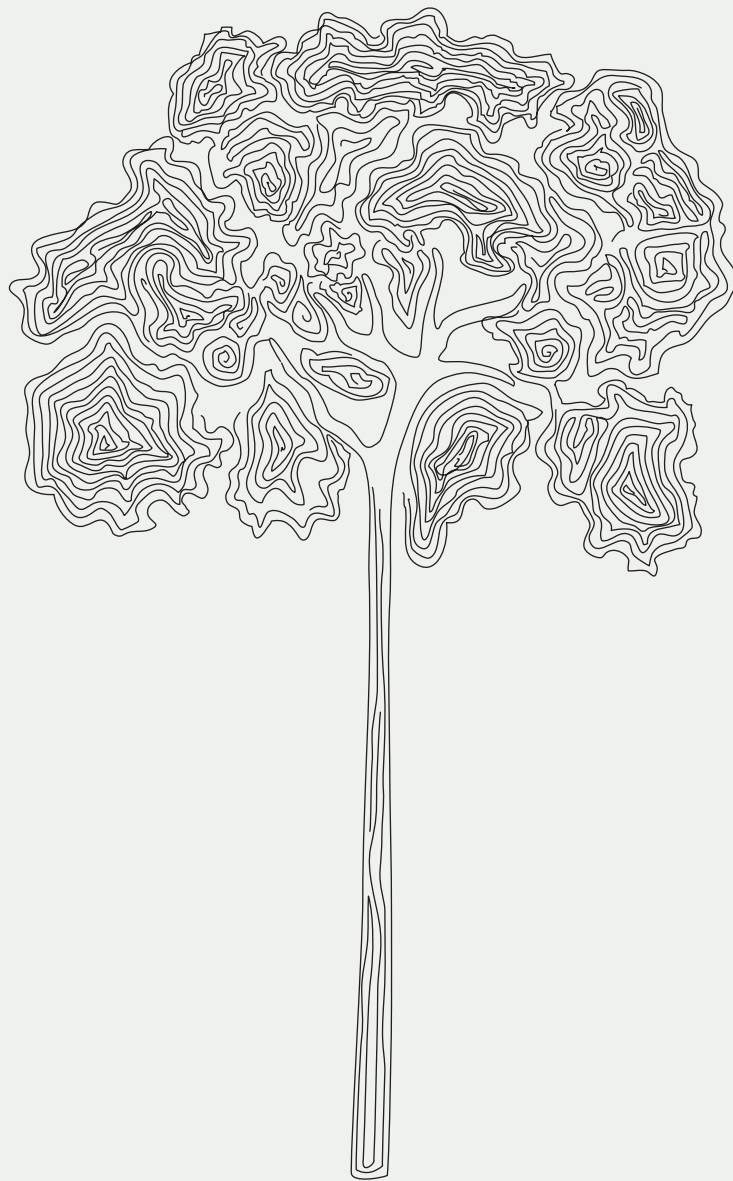
Parcerias comerciais diferenciadas

São parcerias em que empresas e organizações comerciais que atuam nas cadeias de valor estabelecem estratégias de parceria com iniciativas econômicas indígenas para operarem em mercados onde os produtos indígenas e suas histórias são valorizados. Do ponto de vista das iniciativas econômicas indígenas, são diferenciadas as parcerias com agentes de mercado que compartilham de valores e princípios condicionais para o estabelecimento de relações duradouras, ou seja, com a construção de acordos e o entendimento mútuo sobre as particularidades e requisitos necessários para a demanda, bem como sobre características e condições específicas para a oferta dos produtos da sociobiodiversidade.



3 SIMONI, Jane. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade. in IPEA, Economia Solidária e Políticas Públicas. Boletim Mercado de Trabalho no. 42. Brasília: 2010





PARTE I

A CADEIA

CAPÍTULO 1



A CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL: UM NOVO CENÁRIO JÁ ESTÁ EM CONSTRUÇÃO



A castanheira (*Bertholletia excelsa*) é uma árvore dominante que ocupa o dossel superior da floresta: ela pode viver por mais de mil anos e as mais antigas chegam a alcançar mais de 50 metros de altura, até 40m de diâmetro de copa e 1,8m de diâmetro do tronco. Popularmente conhecida como castanha-do-brasil, castanha-do-pará ou castanha-da-amazônia, essa espécie, que nunca foi domesticada, é exclusiva à Amazônia e ocorre em toda a sua bacia hidrográfica¹.

As áreas de terra firme são os locais em que a espécie apresenta bom desenvolvimento e sua produtividade depende de um ambiente bem conservado para que as flores sejam polinizadas. Seus frutos, conhecidos como ouriços, variam bastante em peso e tamanho e, quando finalmente atingem o estado perfeito de maturação, o que demora bastante, despencam dos galhos das árvores. As sementes, também chamadas de castanhas, ficam dentro do ouriço: elas possuem uma casca lenhosa, muito dura, e dentro delas, por sua vez, há uma amêndoa branca². E são justamente essas castanhas e amêndoas o que gera grande interesse pela *Bertholletia excelsa*.

1 Pode ser encontrada no Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. No Brasil, ela tem ocorrência no Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rondônia e Mato Grosso.

2 Popularmente, chama-se de “castanha-do-brasil” a amêndoa, mas o termo, na verdade, diz respeito à semente (amêndoa com casca).



Figura 01 – Ouriço aberto para retirada das castanhas-do-brasil, respectivamente o fruto e a semente da castanheira *Bertholletia excelsa*.

Foto: Aloyana Lemos, fotografia cedida pelo Origens Brasil®.





Figura 02 – Castanha-do-brasil in natura partida ao meio para expor a amêndoa que fica em seu interior, ainda fresca e também partida. **Foto:** Beatriz Cintra.



Tradicionalmente utilizada como um dos principais itens da dieta alimentar dos povos da floresta, a castanha-do-brasil há já algum tempo conquistou notoriedade na indústria alimentícia, destacando-se no mercado mundial de nozes e castanhas. Mais recentemente, a indústria de cosméticos também vem aumentando bastante seu interesse sobre a espécie. Essa cadeia de valor começa no interior da floresta amazônica e movimenta a economia de povos e comunidades tradicionais da região como poucos outros produtos florestais não madeireiros: a coleta do fruto é a principal atividade econômica para dezenas de milhares de famílias da Amazônia (CAVALCANTE et al., 2011).



Figuras 03 e 04 – Comercialmente, a castanha é chamada de “castanha com casca” e a amêndoa, de “castanha sem casca”. Elas podem ser frescas (castanhas in natura) ou, como são comumente comercializadas em mercados, desidratadas e/ou torradas.
Fotos: respectivamente, Tatiana Tintino e acervo COOPAITER.

De um ponto de vista comercial, os caminhos dessa espécie de castanha até o consumidor podem ser resumidos em três. O primeiro é para o consumo em sua forma beneficiada (desidratada e/ou torrada) a partir da comercialização em pontos de distribuição, sobretudo encontrados em grandes cidades do país. O segundo caminho é para o seu uso como matéria prima na indústria de transformação, como setor alimentício – preparação de pães, bolos, biscoitos – e o de cosméticos – fabricação de sabonetes, cremes para pele e para o cabelo. O terceiro é o que leva ao mercado internacional, que será analisado no próximo capítulo. De qualquer modo, mesmo havendo mais de um trajeto possível, é certo que uma parte da produção fará parte dos vários pratos à base de castanha-do-brasil que são servidos pelas famílias dos extrativistas e outra permanecerá no interior da floresta, servindo de alimento à sua tão variada fauna. Lá, outros frutos irão crescer e permitir a perpetuação da espécie.

Dentro desse cenário, há ainda outras duas certezas: os caminhos serão longos e uma série de agentes fará parte deles. Nos próximos parágrafos, detalhamos o arranjo mais frequente dentro dessa cadeia de valor, que envolve o trabalho meticuloso realizado por extrativistas no interior da floresta, negociantes que viabilizam o escoamento das castanhas-do-brasil e indústrias que transformam as castanhas nos produtos que consumimos.



Figura 05 – Coleta de castanha no Território Calha Norte, Pará. **Foto:** Aloyana Lemos, fotografia cedida pelo Origens Brasil®.

O TRABALHO DOS CASTANHEIROS

A atividade dos extrativistas, popularmente chamados de “castanheiros”, abrange diversas etapas. Ela começa com o planejamento das expedições de coleta e a limpeza dos castanhais (áreas de coleta dos frutos da castanheira, ouriços) e de suas trilhas de acesso, o que possibilita maior eficiência durante a coleta dos frutos. A segunda é a coleta propriamente dita: os ouriços são encontrados dispostos no chão, em torno das árvores, e os extrativistas os colocam em paneiros, cestos artesanais feitos com cipó ou palha. Quando esses cestos ficam cheios, o castanheiro coloca em um mesmo local todos os frutos coletados no dia, formando o que chamam de “monte de quebra”. Em seguida, começa a fase de pós-coleta e o castanheiro parte os frutos usando uma machadinha ou terçado (facão de aço com tamanho superior a 12 polegadas) para retirar as castanhas de dentro deles. Nessa etapa, equipamentos de proteção individual, como luvas e botas, devem ser usados para evitar acidentes.

Uma vez retiradas do ouriço, as castanhas são colocadas em sacos de ráfia e levadas para as comunidades. Lá, elas são lavadas em água corrente e os castanheiros fazem uma nova seleção, descartando aquelas que apresentam sinais de mofo, alteração na cor ou que foram cortadas. Em seguida, as castanhas que passaram pelo crivo são colocadas para secar sobre jiraus³, onde periodicamente devem ser viradas para variar o lado que está em contato direto com o ar – isso faz com que elas sequem mais rápido. Depois de secas, uma nova seleção é realizada antes delas serem acondicionadas em sacos de ráfia para o armazenamento. Por fim, até serem negociadas ou transportadas para locais de beneficiamento, as castanhas devem ser armazenadas em barracões ou paióis. O lugar deve ser limpo, seco e arejado, livre da presença de animais e é necessário que sejam tomados os cuidados necessários para evitar o excesso de umidade e impedir a entrada de chuva.

Esse conjunto de procedimentos que dizem respeito aos cuidados com a qualidade da castanha-do-brasil no momento da coleta se chama “boas práticas na coleta da castanha-do-brasil”. Essas práticas são conhecidas pelos castanheiros como parte de sua cultura tradicional e valorizam o produto por ser através delas que se faz a seleção das melhores castanhas e a retirada das impurezas.

É importante notar que pode haver variações em onde e como ocorrem essas etapas conforme a disponibilidade de recursos para executar os procedimentos de pós-coleta no próprio castanhal ou se há necessidade de levar as castanhas até a comunidade. Quando há um rio por perto e o castanhal dispõe de um jirau, por exemplo, a lavagem e a secagem das castanhas podem ocorrer lá mesmo. Nesses casos, é importante que o ensacamento para levá-las às comunidades após essas duas etapas seja feito sobre uma superfície limpa – chão forrado com lonas, sacos limpos ou folhas de bananeira – e que, idealmente, os castanheiros repitam os processos de lavagem e secagem quando chegarem em suas comunidades.

A forma com que se dão as etapas de coleta e pós-coleta também dependem de outros fatores, como a localização do castanhal, algo que tem influência tanto sobre as condições em que serão feitas as atividades quanto sobre os custos envolvidos para viabilizá-las. Isso porque é comum castanhais ficarem em áreas distantes de onde moram os extrativistas e, dado o contexto amazônico, os deslocamentos às vezes precisam ser feitos por meio de diferentes tipos de transporte, algo que varia de região para região: podem ser por meio de longas caminhadas no meio da floresta, de canoa pelos igarapés e cabeceiras, de moto ou caminhão pelas estradas vicinais, de barco ou lancha pelos rios amazônicos. Assim, a depender do esforço envolvido e das distâncias que devem ser percorridas, a coleta pode ou não ser feita em rotinas

3 Jiraus são estruturas suspensas com esteios de madeira ou tela que servem para expor ao sol objetos sem que eles tenham contato com o solo.

diárias. Quando não é possível, por vezes famílias inteiras de castanheiros se mudam temporariamente para os castanhais, onde chegam a passar semanas realizando a atividade de coleta e morando em acampamentos provisórios feitos no meio da mata. Visto que, nesse caso, as famílias ficam longe de seus roçados⁴, é preciso também que tenham recursos financeiros para a compra de alimentos.

O PAPEL DOS ATRAVESSADORES NA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL

A forma mais comum de comercialização da castanha-do-brasil pelos castanheiros é in natura, ou seja, com casca e sem passar por beneficiamento. Essa forma de comercialização ocorre na própria comunidade, quando compradores locais ou intermediários realizam a compra diretamente com os castanheiros. No caso dos intermediários, também conhecidos como atravessadores, o produto é logo depois revendido para usinas de beneficiamento, onde a castanha passa por novos processos antes de adentrar o mercado.

Em boa parte da Amazônia, esses atravessadores exercem grande influência sobre os extrativistas, ditando o preço praticado localmente com base em acordos previamente realizados com os representantes das usinas de beneficiamento. Nessas negociações, muitas vezes as boas práticas na coleta da castanha-do-brasil não são valorizadas, não havendo diferença entre o preço pago pela castanha “limpa” ou “suja”⁵.

Em alguns lugares, é comum que atravessadores atuem também como credores, concedendo adiantamentos para os extrativistas adquirirem os insumos necessários para realização de atividades de coleta e pós-coleta e, quando é o caso, para poderem acampar nos castanhais com suas famílias. Dentro desse cenário, castanheiros podem se endividar com atravessadores de uma safra para a outra, o que acaba criando vínculos entre os dois que permitem com que o

4 Áreas utilizadas na agricultura familiar para cultivo de plantios diversos e dedicadas à subsistência.

5 Termos utilizados na Amazônia para caracterizar a forma como a castanha é vendida: “limpa” se refere à castanha em cujo processo foram observadas as boas práticas de coleta e “suja”, à castanha cuja seleção e limpeza não foram feitas com o mesmo cuidado.

atravessador subvalorize o trabalho deles no momento do ajuste de contas. Essa é uma dinâmica que pode impedir os extrativistas de alcançar o retorno esperado com a atividade, o que pode levar ao abandono da prática para fins comerciais. Por outro lado, há localidades onde a cadeia da castanha-do-brasil só é movimentada devido a atuação dos atravessadores.

Esse vínculo entre castanheiro e atravessador, em que as negociações de compra e venda da castanha ocorrem com os castanheiros atomizados, comercializando a produção individualmente, dificulta que os coletores se identifiquem como uma categoria social, limitando articulações comunitárias. Quando, mesmo assim, os castanheiros buscam a organização coletiva de suas produções para garantir melhores valores ao produto e maior valorização do trabalho que fazem, a relação desigual com o atravessador traz outros desafios, como a falta de capital de giro e a dificuldade de acesso a crédito para financiamento da produção.

BENEFICIAMENTO DA CASTANHA-DO-BRASIL



As usinas de beneficiamento formam outro elo da cadeia de valor. Elas compram a castanha in natura dos extrativistas, de iniciativas produtivas e/ou de atravessadores para fazer o beneficiamento em diferentes níveis, o que varia de acordo com o porte de cada usina e com o mercado ao qual a castanha-do-brasil será destinada. O frete deve proteger as castanhas da chuva e, quando fazem a compra diretamente com extrativistas ou iniciativas produtivas locais, ele normalmente é custeado pelas usinas.

Uma vez transportadas para as usinas de beneficiamento, as castanhas-do-brasil são submetidas a novos processos. Após a recepção e a organização em lotes, há a secagem da castanha em um secador rotativo, onde ela é transformada na castanha *dry*, ou seja, com teor de umidade inferior a 15%. A seleção das castanhas ocorre em todas as etapas e em todas as fases: o cuidado com o produto por quem o maneja, retirando castanhas que não estão em conformidade com o padrão de exigência da indústria, é primordial. Uma vez secas e selecionadas, elas são armazenadas em barracões, onde são organizadas por lote. Isso facilita correções caso seja observada alguma inconsistência durante o processo produtivo.

Para a retirada da casca da castanha, é necessário aquecê-la para que ela se solte da amêndoa e a quebra é realizada de forma mecânica ou manual. Em seguida, as castanhas descascadas são novamente selecionadas, separando as amêndoas entre inteiras ou quebradas e depois por tamanho e forma. Após a separação, elas são levadas ao forno para a desidratação, ficando aptas ao consumo. A última etapa é a embalagem e o estoque de forma correta, seja para a venda a empresas de transformação ou a distribuidores.

No caso da indústria de cosméticos, há a extração do óleo, o que é realizado aquecendo as amêndoas para que depois sejam colocadas em uma prensa. Nesse processo, o subproduto é a farinha de castanha, que pode ser usada na formulação de alimentos, tanto para consumo humano quanto animal. O óleo é filtrado para retirar pequenas frações e acondicionado para ser enviado às indústrias de cosméticos.

TRANSFORMAÇÃO E CONSUMO DA CASTANHA-DO-BRASIL

O que é produzido nas usinas de beneficiamento é destinado a distribuidores nacionais e internacionais de castanha-do-brasil. Eles irão abastecer os varejistas e a indústria de transformação do setor alimentício e do setor de cosméticos que, por sua vez, irão criar e vender seus produtos à base de castanha-do-brasil.

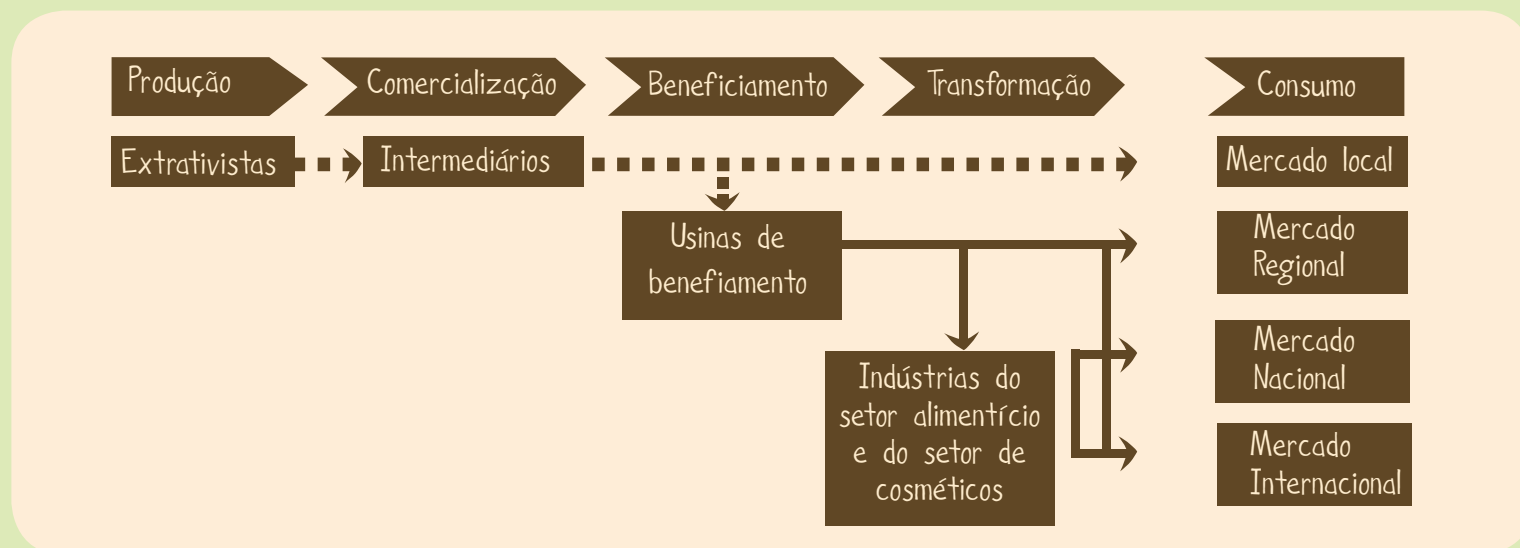


Figura 06 – A cadeia da castanha-do-brasil em sua forma mais simples. **Fonte:** esquema elaborado pelos autores.

A Figura 06 ilustra essa forma de organização da cadeia de valor, que é a mais comum na Amazônia. Nela, pode-se distinguir cada uma das etapas e os seus respectivos agentes até as castanhas chegarem ao consumidor final. Nesse tipo de organização, não há articulação dos extrativistas para promover uma negociação conjunta, o que aumentaria o poder de barganha dos castanheiros. É a forma mais frequente de governança observada para a cadeia da castanha-do-brasil. Nela, a atividade do extrativista é subvalorizada frente aos resultados atingidos pelos demais elos da cadeia e nenhuma fração disso retorna em forma de melhorias para suas famílias e nem para seus territórios. É uma lógica de mercado em que o preço é quem dita o valor de cada elo e, com isso, muitos foram os castanhais que já deram lugar a grandes pastagens para criação extensiva de gado ou áreas de exploração ilegal de madeira.

ARRANJO DE GOVERNANÇA DA CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL COM ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Outra forma de governança da cadeia de valor da castanha-do-brasil ocorre quando os extrativistas possuem organização comunitária. Nesse tipo de arranjo, quem assume o protagonismo durante a comercialização do produto são as iniciativas produtivas comunitárias, ou seja, instituições de base comunitária que realizam algum tipo de produção de bem ou serviço e que são geridas de forma coletiva ou por representantes designados pelo próprio grupo. Essas iniciativas conseguem organizar a produção de diversos castanheiros para as comercializar em conjunto, seja para atravessadores ou para usinas de beneficiamento, dominando toda a logística de escoamento necessária e estabelecendo acordos de comercialização mais vantajosos. Esse é um arranjo em que o castanheiro tem a possibilidade de vender o seu produto por um preço maior, principalmente se os compradores valorizarem as boas práticas de coleta e pós-coleta. A organização comunitária possui a capacidade de reduzir a assimetria de poder entre o elo produtivo e os demais elos da cadeia, valorizando o trabalho do extrativista.

Apesar desse nível de organização ainda não ser a forma mais comum de organização do sistema produtivo da cadeia de valor da castanha-do-brasil, cada vez mais instituições de apoio, como a Forest Trends, vêm fomentando a organização coletiva de castanheiros pelo território amazônico. Essa forma alternativa de inserção das castanhas no mercado é mais justa com os extrativistas e contribui para a conservação socioambiental, como será visto mais adiante, no capítulo sobre iniciativas econômicas indígenas.

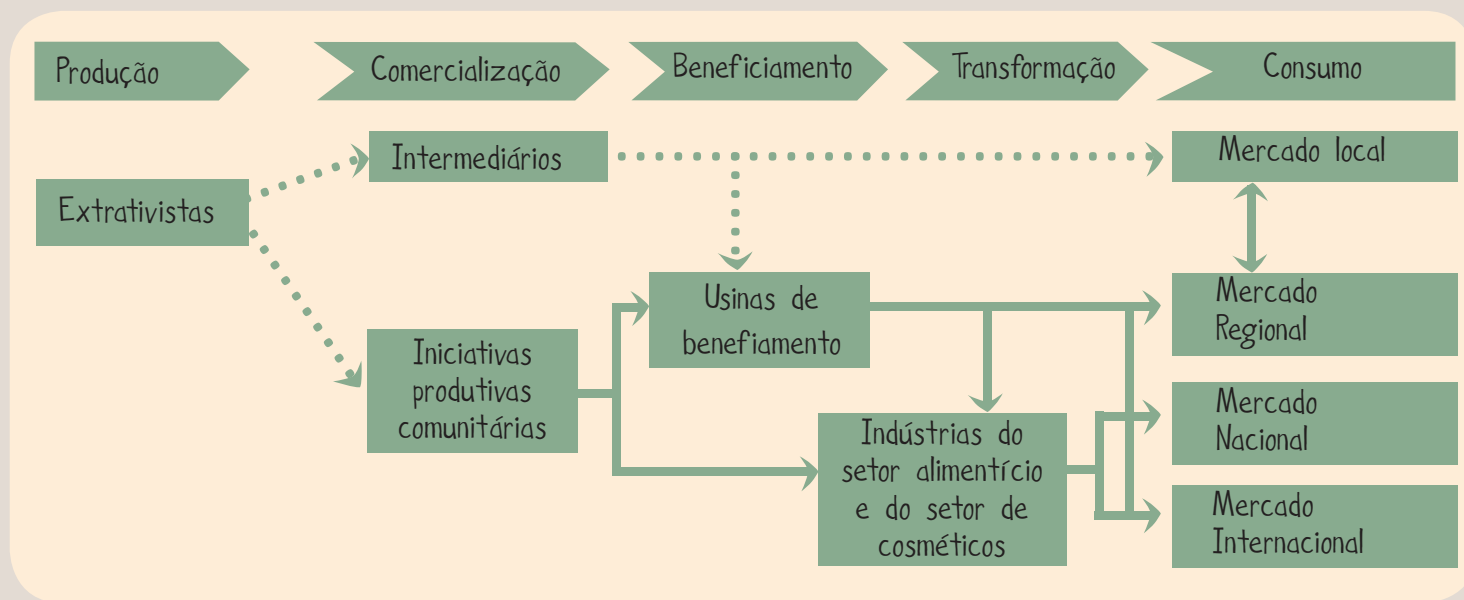


Figura 07 – A cadeia da castanha-do-brasil com protagonismo de iniciativas produtivas comunitárias.
Fonte: esquema elaborado pelos autores.

Nesse tipo de arranjo, são ao menos dois os caminhos pelos quais as castanhas seguem depois da centralização da produção pelas iniciativas produtivas comunitárias, o que pode ser articulado de diferentes formas. Eles variam conforme os objetivos, as estratégias e o estágio de desenvolvimento das iniciativas produtivas e as articulações estabelecidas. A diferença entre os dois consiste no tipo de castanha que será comercializada: no primeiro caminho, a produção in natura é vendida para atravessadores ou para usinas de beneficiamento. No segundo, o comércio ocorre após o beneficiamento da castanha e a venda é para distribuidores, mercados varejistas, pontos de venda direta, entre outros. Esse beneficiamento pode ser realizado pela própria iniciativa produtiva comunitária, ser feito em parceria com outra iniciativa que já possui estrutura adequada para tanto ou ser terceirizado para uma usina.

A valorização das atividades extrativistas e de seus produtos através de arranjos que envolvem iniciativas produtivas comunitárias, formato ainda em estágio inicial no Brasil, começou a ressoar em uma sociedade cada vez mais sensível à relação existente entre o consumo consciente e a conservação florestal. O ato de consumir traz impactos à natureza e a castanheira é árvore símbolo para a conservação florestal por ser nativa da Amazônia e por necessitar de um ambiente equilibrado para produzir seus frutos. A sensibilização dos consumidores sobre os impactos ambientais de suas escolhas impulsiona as empresas que utilizam produtos do extrativismo a investirem na sustentabilidade de suas cadeias de suprimentos, em torná-las mais justas para os povos da floresta e a promover a conservação das florestas.

COOPAVAM

Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer

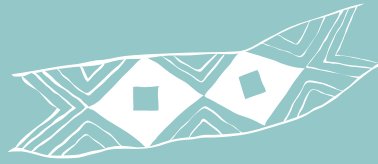


Convidamos Luzirene Lustosa, presidente da COOPAVAM e Johann Schneider, conselheiro da cooperativa, para compartilharem a experiência com a cadeia da castanha-do-brasil em parceria com os Povos Indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku, Cinta Larga, Zoró e Paiter Suruí.



A Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM) foi fundada no ano de 2008 a partir do interesse de agricultoras e agricultores familiares em trabalhar com os produtos florestais não-madeireiros. Atualmente a cooperativa conta com 350 famílias cooperadas e comprometidas, desde o início do trabalho, com a manutenção da floresta em pé e a preservação ambiental de forma sustentável, gerando empregos e renda para as famílias cooperadas e para os povos indígenas não cooperados que são parceiros na produção.

Por se tratar de um produto da sociobiodiversidade que agrega valores além dos financeiros e econômicos, a cooperativa paga um valor diferenciado e mais justo: todas e todos que trabalham em alguma etapa da cadeia de valor da castanha-do-brasil da COOPAVAM recebem 50% acima da média dos valores praticados na região. Uma vez processada a castanha in natura proveniente das Terras Indígenas, a COOPAVAM comercializa a castanha do Brasil beneficiada e pronta para o consumo com grandes redes varejistas do Sul e do Sudeste. Outra parte é transformada em óleo de castanha e comercializada com a Natura. Dos resíduos do óleo, chamado torta de castanha, a COOPAVAM fabrica biscoitos e massas que são negociadas na alimentação escolar. Parte da castanha processada também é vendida para o mercado externo.



No início, foram enfrentadas dificuldades para comprar a matéria prima e vender o produto beneficiado porque ninguém conhecia o trabalho da COOPAVAM, que, por sua vez, também não conhecia o mercado. A atuação de intermediários com os indígenas também era uma dificuldade, bem como a falta de capital de giro, o que atrasava o processo, impedia a formação de estoque e gerava a dependência de projetos para o trabalho na safra. Com o passar dos anos, o trabalho evoluiu, passou a ser reconhecido e assim surgiram parceiros importantes e que trouxeram credibilidade para o trabalho da cooperativa.

O processo de conquista de parceiros comerciais envolveu e envolve grandes esforços, como, por exemplo, a divulgação dos produtos em feiras da Agricultura familiar no Brasil e no exterior. Para isso, foi preciso conhecer as exigências do mercado para atender os clientes de forma satisfatória, oferecendo um produto de qualidade, com certificação orgânica.

Em 13 anos de trabalho, com o aumento da demanda pela castanha-do-brasil, a COOPAVAM ampliou sua planta de produção e estabeleceu diversas parcerias governamentais, privadas e da sociedade civil organizada. Atualmente, a rede de parceiros da COOPAVAM conta com CONAB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso, Funai, Associação do Povo Indígena Cinta Larga de Aripuanã, Associação do Povo Indígena Kayabi, Instituto Munduruku, Associação do Povo Indígena Apiacá, Associação e Cooperativa do Povo Indígena Zoró e Cooperativa Garah itxá do Povo Suruí.

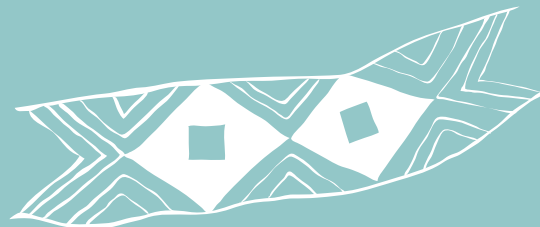
Entre os principais clientes estão a Natura Industria de Cosméticos, o Carrefour e a Gebana BV. Nos últimos anos a COOPAVAM executou projetos importantes (BNDES- Fundo Amazônia e P4F – Partnerships for Forests) que possibilitaram o aumento da produção e ajudaram a tornar a cooperativa ainda mais reconhecida e respeitada. Atualmente, a COOPAVAM conta com a parceria da Conexsus e Sitawi, que a apoiam com investimentos em capital de giro para compra de matéria prima no início da safra e assessoria técnica e administrativa.

O trabalho da COOPAVAM e seu compromisso com a sustentabilidade é muito importante para todo o mundo, mas principalmente para a comunidade do Assentamento Vale do Amanhecer e para as comunidades indígenas parceiras. Com o Projeto Nossa Floresta Nossa Castanha, na parceria com a Forest Trends e a P4F, foram promovidas melhorias nas relações entre a COOPAVAM e os parceiros indígenas nas safras 2019/2020 e 2020/2021 de castanha-do-brasil das TIs Zoró, Aripuanã e Apiaká Kayabi. Além disso, no processo de realização do projeto está sendo criada uma estrutura de governança para a cadeia da castanha com a criação das cooperativas indígenas, que serão também parte da COOPAVAM.

A COOPAVAM, com sua unidade de beneficiamento, articula a cadeia da castanha junto a outras iniciativas produtivas, como os indígenas Suruí e Zoró. Esta articulação conta com a mediação de algumas instituições de apoio como a Forest Trends e a Funai. Estas instituições trabalham em rede, possibilitando que esta articulação ocorra e que seja benéfica para todos os envolvidos. A garantia da qualidade no beneficiamento realizado pela COOPAVAM e o acesso a mercados diferenciados permite que a cooperativa pague um valor mais justo aos extrativistas.

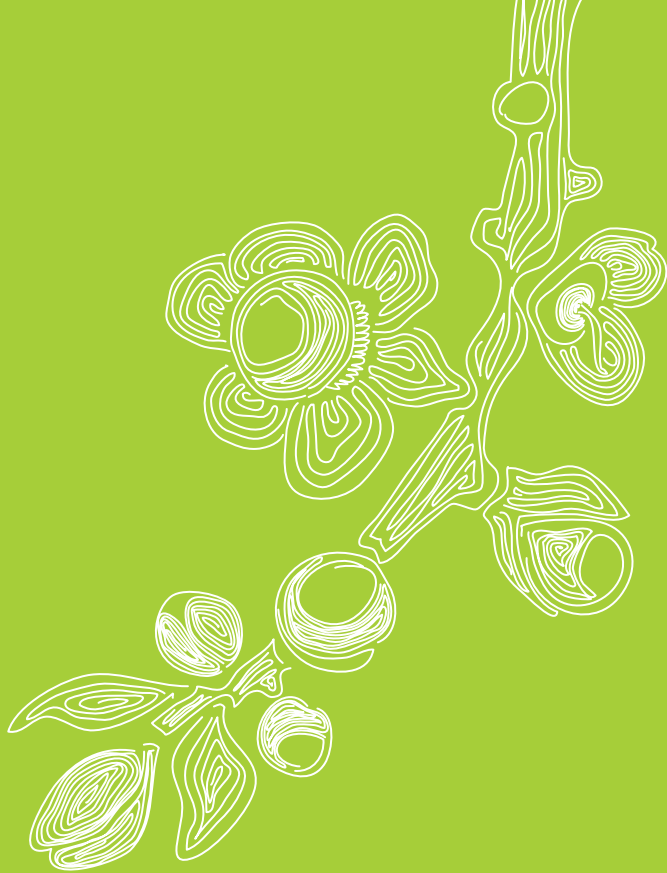
Segundo a presidente da COOPAVAM, Luzirene Coelho Lustosa:

Todo começo não é fácil, mas com a experiência que temos, digo a todos que estão começando que acreditem no seu trabalho. Vai ter muitas pessoas que vão te desanimar que vão dizer que não vai dar certo, mas sejam persistentes, lutem e dêem o seu melhor. O processo não é fácil e nem rápido, mas se o trabalho é certo, o reconhecimento vem e a conquista é diária, com muito esforço sempre. E quando virem que deu certo, não se acomodem, continuem lutando para irem sempre mais longe, baseados no trabalho, sem depender somente de projetos, olhando para o mercado e sempre próximos dos parceiros que apoiam o trabalho. Nossa expectativa para os próximos anos é manter nosso trabalho, crescer, beneficiar mais famílias e, assim, conquistar mais mercados que reconheçam e valorizem o nosso trabalho.



O MERCADO

CAPÍTULO 2



MERCADO E PRODUÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL

O mercado internacional de castanha-do-brasil tem crescido desde a segunda metade do século XVIII. Com a valorização de atividades florestais nos mercados globais, há espaço para que continue expandindo: é um dos produtos florestais mais identificados como favorável à conservação da floresta, além de também ser considerado um alimento que traz benefícios à saúde pelo seu alto valor proteico. Embora esse mercado ainda seja considerado pequeno quando comparado ao de outras nozes, castanhas e amêndoas comestíveis¹, como o pistache e o amendoim (leguminosa), o interesse pela castanha-do-brasil desponta em diferentes indústrias e o manejo da espécie tem vários produtos em potencial.

O Brasil é o maior produtor mundial de castanha-do-brasil, mas, mesmo esse sendo um negócio que movimentou mais de U\$ 260 milhões de dólares em exportações no ano de 2020 (TRADEMAP – ITC, 2021a, 2021b), essa cadeia de valor ainda é tratada como de pouca relevância pelo país: como há diversos outros produtos que geram superávit em sua balança comercial, a castanha-do-brasil não é vista como prioritária na pauta das exportações brasileiras. Assim, esse mercado não recebe investimentos em volumes adequados e nem é objeto de políticas públicas especificamente desenhadas para o desenvolvimento da cadeia.

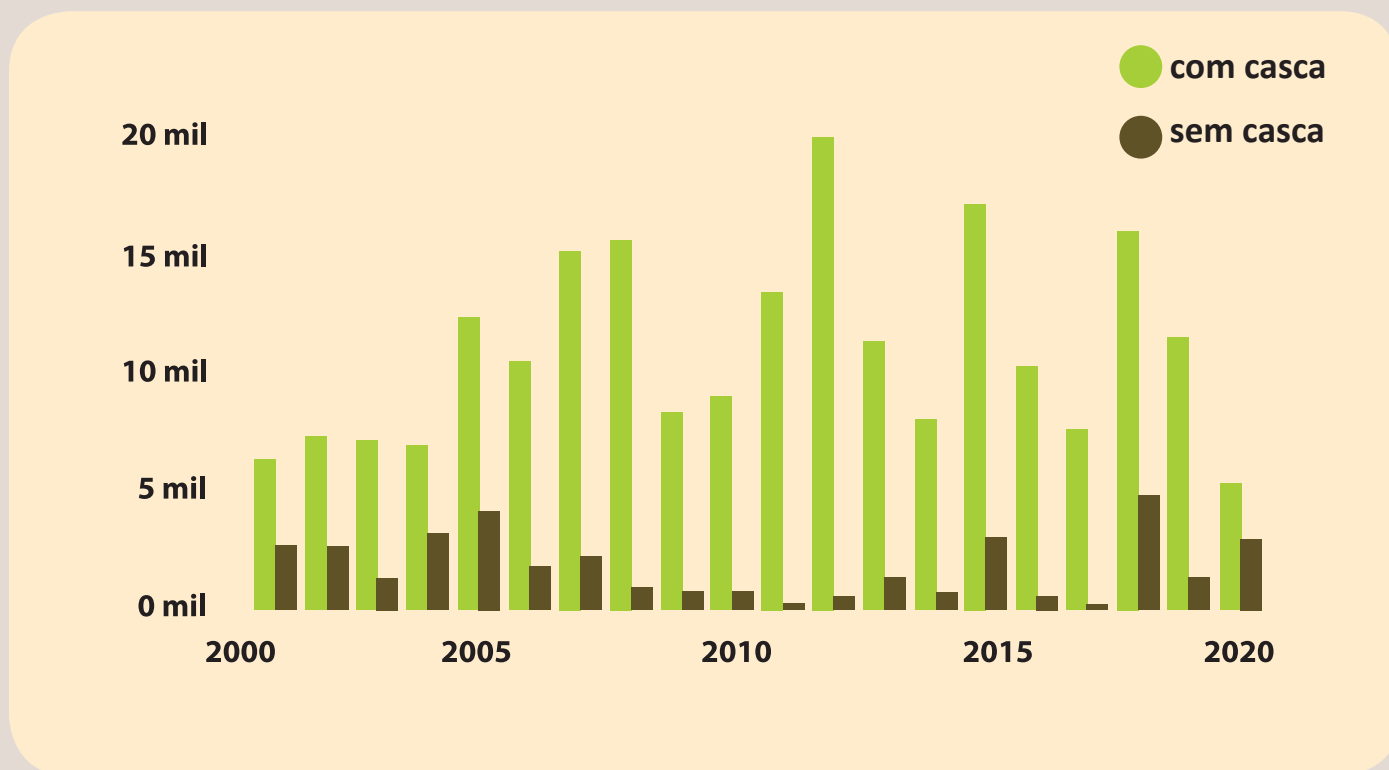
Uma das expressões disso está no quantitativo de castanha produzido no Brasil permanecer abaixo da produção biológica. Muitos frutos não são coletados devido a dificuldades no acesso aos locais de coleta, seja pela distância ou pelas condições inapropriadas de suas vias, e por não haver incentivo econômico para o extrativista ir até esses castanhais longínquos ou de difícil acesso – o preço que recebem pelo produto não compensa o esforço e o risco que os castanheiros enfrentariam para coletá-los.

1 Os registros de produção primária da castanha do Brasil são disponibilizados pelo IBGE e se referem apenas ao quantitativo de castanha registrado nas transações comerciais legalizadas, a partir das notas fiscais emitidas pelos agentes econômicos e, portanto, não inclui a quantidade de castanha comercializada informalmente.

Outro sintoma é a composição das exportações brasileiras do produto não ser a mais vantajosa apesar da posição do Brasil como maior produtor. No mercado internacional, a castanha mais rentável é a sem casca, pronta para consumo e de alto valor agregado, mas é a castanha com casca que representa a vasta maioria das exportações brasileiras: 86% das exportações entre os anos de 2001 e 2020 (Gráfico 01). No mercado da castanha sem casca, a participação do Brasil é menor, representando cerca de 7% das exportações mundiais no período mencionado (TRADEMAP – ITC, 2021b).

Gráfico 01 –

QUANTIDADES EXPORTADAS DE CASTANHA-DO-BRASIL PELO BRASIL COM E SEM CASCA (TON/ANO).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pela plataforma TRADEMAP – ITC, 2021.

Os países que dominam esse mercado de castanha beneficiada são a Bolívia e o Peru, o segundo e o terceiro maiores produtores de castanha-de-brasil no mundo. Eles são também os principais importadores da castanha com casca proveniente do Brasil, beneficiando-a para posteriormente negociar com o mercado internacional². A título de exemplo, eles foram os responsáveis, respectivamente, por 23,90% e 13,20% do total exportado pelo país entre os anos de 2001 e 2018 (TRADEMAP – ITC, 2021c). Paradoxalmente, o Brasil tem importado a castanha-do-brasil beneficiada por esses países³: exportamos a castanha-do-brasil *in natura* e importamos a castanha-do-brasil beneficiada a um custo superior, transferindo renda que poderia ter sido gerada e apropriada em território nacional, o que beneficiaria os povos da floresta.



2 Os Estados Unidos são o segundo maior importador, mas eles não a beneficiam para exportação: fica para consumo interno (TRADEMAP – ITC, 2021c).

3 As importações de castanha do Brasil beneficiada são consideradas pequenas: em 2020 foram pouco superiores a U\$ 1.000.000,00 (TradeMap ITC, 2021d).

Os motivos que levam a Bolívia a ser o maior exportador de castanha-do-brasil de alto valor agregado e não o Brasil estão em como as suas respectivas autoridades enxergam o produto: enquanto o Brasil não lhe dá a devida importância, na Bolívia essa cadeia é vista como estratégica. No país há regiões em que a economia local gravita em torno da castanha-do-brasil, com diversas agroindústrias para processar o produto, desde pequenas e familiares até as de alta tecnologia. Além disso, no país há associações de exportadores locais que pressionam o governo para criar condições favoráveis ao desenvolvimento de seus negócios e a planejarem conjuntamente iniciativas para tornar o produto mais competitivo e divulgado no mercado internacional (COSLOVSKY, 2014).

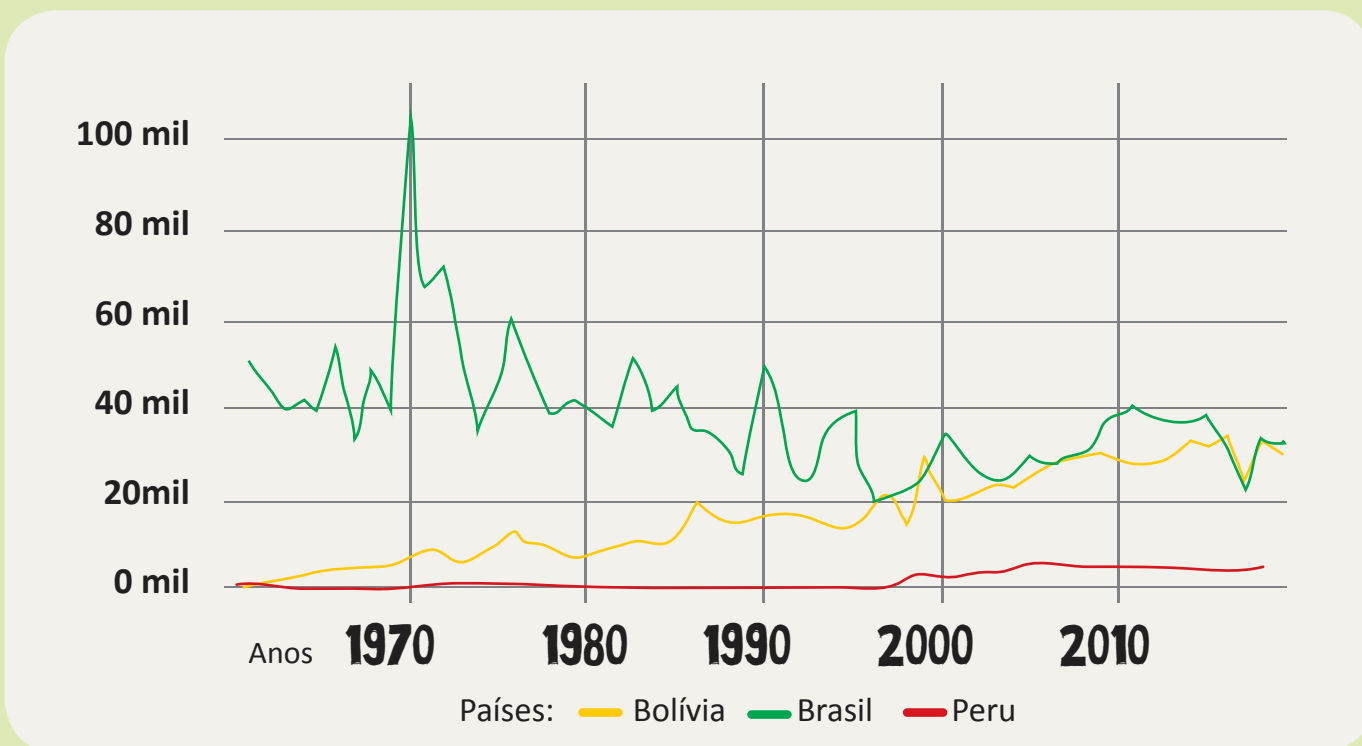
Partindo de uma análise comparativa sobre como foram consolidadas as posições do Brasil e da Bolívia no mercado internacional, este capítulo busca avaliar de que maneiras o Brasil pode cumprir o seu potencial como exportador da castanha-do-brasil de alto valor agregado, assim como de que forma o país poderia se destacar em outros nichos de melhor retorno do que o da castanha sem casca. Esse é um caminho que, além da adequação de processos e produtos para acesso a mercados exigentes, envolve a valorização de castanheiros e de iniciativas produtivas comunitárias cujos trabalhos contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de seus territórios e para preservação da sociobiodiversidade.



MERCADO INTERNACIONAL: OS CASOS DO BRASIL E DA BOLÍVIA

Gráfico 02 –

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CASTANHA-DO-BRASIL (TON/ANO).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pela plataforma FAOSTAT, 2021.

O Gráfico 02 apresenta, em toneladas por ano, a produção de castanha-do-brasil dos três países responsáveis por quase a totalidade da produção mundial – Brasil, Bolívia e Peru – entre os anos de 1961 e 2019. Os dados destacam que a produção brasileira já foi superior a 100 mil toneladas, mas hoje está pouco abaixo de 40 mil toneladas. Através dele, é também importante notar que, ao longo das décadas, a larga lacuna entre a produção brasileira e a boliviana, que já foi de dezenas de milhares de toneladas, foi diminuindo até ambas se tornarem equiparáveis a partir de fins da década de 1990, quando a produção da Bolívia chegou até mesmo a superar a do Brasil no ano de 1999.

Um dos fatores para essa mudança de cenário está em o final da década de 1990 ter sido um divisor de águas na trajetória do desenvolvimento do mercado da castanha-do-brasil: em 1998, a União Europeia impôs novas exigências sanitárias para os limites de aflatoxinas permitidos na semente⁴. Na época, tanto o Brasil quanto a Bolívia não sabiam como lidar com essa nova exigência e a estratégia adotada para o cumprimento da nova regra em cada país foi distinta (COSLOVSKY, 2014).

Na Bolívia, país que só poderia negociar sua produção de castanha-do-brasil com os mercados externos, foi grande a mobilização para que a cadeia de valor da castanha se adequasse às exigências da União Europeia e a estratégia do país envolveu diversos atores. As associações empresariais buscaram uma solução conjunta e efetiva com o governo. Consultores qualificados foram contratados para desenvolver novas tecnologias de produção e de controle sanitário, assim como para criação de um laboratório de análises de aflatoxinas. Atingido o conhecimento para produzir conforme as novas regras impostas pela União Europeia, as associações empresariais disseminaram as boas práticas entre produtores e empresas do setor com apoio de agências governamentais. Ademais, associações de empresas persuadiram o governo boliviano a simplificar a burocracia para a exportação do produto (COSLOVSKY, 2014).

O Brasil, por outro lado, não realizou essa adequação a contento porque o vasto mercado interno não apresentava tal exigência. Os produtores brasileiros que buscaram atender aos padrões europeus o fizeram de forma atomizada, prevalecendo uma lógica individualista. As tentativas careceram de consultorias especializadas que pudessem ajudar na coordenação de esforços para potencializar iniciativas dispersas no vasto território nacional. Não foi elaborada uma estratégia conjunta para a estruturação da cadeia da castanha que envolvesse diversos segmentos da sociedade e que fosse capaz de atender aos novos padrões sanitários estabelecidos pela União Europeia.

4 Aflatoxinas é uma toxina produzida pelo fungo *Aspergillus flavus* e é potencialmente cancerígena para o ser humano. A nova exigência da União Europeia reduziu o limite de aflatoxinas permitidas para 4 partes por bilhão (COSLOVSKY, 2014).

A desarticulação brasileira frente às novas condições do mercado internacional levou a algumas recusas de remessas de castanha-do-brasil provenientes do país por elas apresentarem níveis de aflatoxinas acima do que foi estabelecido pelo regramento da União Europeia e a castanha-do-brasil de origem boliviana passou a ser reconhecida como um produto de maior qualidade. Assim, mesmo o Brasil possuindo evidentes vantagens comparativas, como rio navegáveis e posição geográfica privilegiada para acessar o mercado europeu, a castanha-do-brasil nacional passou a ser preterida pela boliviana, um país sem acesso ao mar e cuja produção ainda por cima precisa atravessar a cordilheira dos Andes.

CAMINHOS PARA A CADEIA DE VALOR DA CASTANHA NO BRASIL

O caso boliviano demonstra que o investimento na qualidade do produto é uma melhor estratégia no longo prazo e que isso envolve olhar para toda a cadeia de valor, articulando vários agentes, desenvolvendo estratégias e criando um ambiente propício para investimentos. Isso ainda há de acontecer no Brasil para que a produção nacional de castanha-do-brasil de alto valor agregado atinja o seu potencial e são vários os caminhos. Há também outras oportunidades de mercado a serem mais bem exploradas pelo país e com a vantagem de que, ao contrário da Bolívia, aqui também há um mercado interno em que existe demanda pelo produto. No caso do mercado nacional, porém, um outro desafio é somado aos demais: ampliar a cultura de consumo da castanha-do-brasil beneficiada.

Para isso, a harmonia entre poder público e as empresas do setor é fundamental. Em um país tão vasto e diverso quanto o Brasil, os arranjos de governança para articular as cadeias tendem a ser distintos em cada localidade, mas com algumas características semelhantes. Nas linhas a seguir, refletimos sobre as articulações possíveis para o fortalecimento da cadeia e ampliação de mercados para a castanha-do-brasil.

FORMAS DE ARTICULAÇÃO

A fim de tornar a produção nacional de castanha-do-brasil de valor agregado mais competitiva em mercados internacionais, é necessário o reestabelecimento de laços entre produtores brasileiros e compradores globais. Para tanto, uma das articulações necessárias é a vertical, da qual participam agências estatais, compradores internacionais e instituições locais e regionais. Dentro desse tipo de articulação, a participação de agências estatais é muito importante, tanto para os atores internos quanto externos. Essas agências podem facilitar negociações para a abertura de novos mercados a empresas exportadoras (usinas de castanha), assim como auxiliar produtores no planejamento de ações a fim de viabilizar o fornecimento da castanha-do-brasil.

Mais um importante papel que as agências estatais podem cumprir é o de asseverar a confiança entre as partes envolvidas nos acordos comerciais. Do ponto de vista dos compradores internacionais, isso significa a estabilização e a previsibilidade na oferta de castanha-do-brasil, bem como o cumprimento do alto padrão de qualidade exigido. Por sua vez, para territórios em que há coleta de castanha e para fornecedores, os compradores devem estar dispostos a estabelecer parcerias duradouras e não apenas realizar compras pontuais do produto.

Outro tipo de articulação que deve ser alcançada é a articulação horizontal, que consiste na cooperação entre coletores de castanha-do-brasil, iniciativas produtivas comunitárias e outras instituições de base. Ela ocorre quando determinada ação beneficia tanto as iniciativas produtivas locais quanto os castanheiros, modificando o equilíbrio observado para que ele se recomponha em um formato considerado superior para todos os agentes envolvidos, trazendo ganhos para o coletivo, assim como para os territórios e comunidades em que esses coletores e iniciativas estão inseridos.

A atuação da Forest Trends junto à cadeia da castanha-do-brasil no território Tupi Guaporé consiste, dentre outras atividades, em facilitar esse tipo de articulação. Ela promove a cooperação entre diversas instituições atuantes nos territórios visando ao diálogo e ao acúmulo de capital social para gerar confiança entre as instituições e os coletores envolvidos. Esse tipo de articulação é fundamental para viabilizar a produção e o comércio de castanha-do-brasil e para que haja incentivos ao investimento na cadeia, ampliando a capacidade produtiva e melhorando a qualidade e a competitividade das empresas.

Promover as articulações vertical e horizontal permite que o Brasil amplie seu espaço em outro nicho de mercado de castanha-do-brasil para além do da castanha sem casca: o de produtos diferenciados, como os relacionados à produção orgânica e a salvaguardas socioambientais. É um mercado com grande potencial de crescimento: cada vez mais, os acordos comerciais têm se guiado por critérios de sustentabilidade, como proteção de florestas, desenvolvimento local de comunidades e povos tradicionais, garantia de origem de produtos florestais (rastreabilidade) e comércio justo/ético.



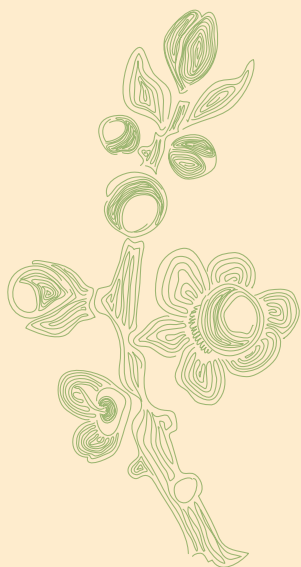
CAPACIDADE PRODUTIVA E MERCADOS



Um grande desafio a ser superado está em como criar capacidade produtiva para ampliar a participação e o acesso das empresas e iniciativas comunitárias a mercados que exigem um produto de alta qualidade e investimento, portanto de maior valor agregado, como o mercado internacional de castanha-do-brasil beneficiada, o de produtos orgânicos e o do consumo sustentável. Para tanto, é importante primeiro qualificar o produto e desenvolver a *expertise* de fornecimento nos mercados internos, criando, assim, capacidade de investimento e de gestão para que as iniciativas produtivas comunitárias e usinas beneficiadoras consigam posteriormente cumprir acordos comerciais firmados com importadoras estrangeiras, garantindo a previsibilidade no fornecimento. Dentre eles, merecem destaque mercados de circuito curto⁵, como o local e o regional, e mercados institucionais: eles contribuem com o processo organizativo dos grupos de extrativistas e das iniciativas produtivas comunitárias que os representam.

O acesso aos mercados institucionais públicos, em níveis local e regional, tem proporcionado grande aprendizado e aumento de maturidade comercial para as iniciativas produtivas comunitárias. Além disso, acessar diferentes tipos de mercado é uma ferramenta importante para viabilizar logísticas e aumentar escala e diversidade de produtos, bem como para aumentar a capacidade de negociação com diferentes compradores. Exemplos de mercados institucionais são aqueles acessados junto à Conab no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). São três as razões que os qualificam como mercados importantes de serem acessados por iniciativas produtivas comunitárias e pequenas usinas de castanha para desenvolvimento de *expertise*:

5 Mercados de circuitos curtos se caracterizam pela proximidade geográfica entre o ponto de produção/extração e o consumo. Facilita a logística e diminui o tempo entre a produção e o consumo de alimentos, encurtando o circuito entre os fluxos de mercadoria e financeiros.



- (1) contratos de fornecimento que garantem previsibilidade nas receitas das iniciativas produtivas comunitárias;
- (2) valorização do preço do produto, sendo que muitas vezes há pagamento por um preço diferenciado por produtos produzidos por indígenas e povos tradicionais;
- (3) menor exigência na apresentação do produto e regularização das iniciativas comunitárias quando comparado aos produtos expostos em prateleiras.

Os mercados locais e regionais, por sua vez, permitem que empreendedores adquiram experiência e conhecimento de gestão e logística sobre o negócio. Eles também viabilizam a realização dos investimentos necessários para que se possa acessar mercados mais exigentes. Diversos espaços de venda direta⁶ e de venda indireta⁷ têm sido conquistados por extrativistas e iniciativas produtivas comunitárias que buscam comercializar a sua produção em mercados que valorizam o produto e seus produtores. Os processos organizativos desses grupos e a construção de estratégias de comercialização são fundamentais para ampliar esse espaço e viabilizar a permanência nesses mercados.

Sobre a venda direta no mercado local, ela se dá em espaços de comercialização muito oportunos – feiras, de casa em casa, em eventos, na própria propriedade – para se estabelecer o diálogo educativo com os consumidores sobre ganhos em qualidade de vida a partir de hábitos alimentares e do consumo consciente relacionados aos produtos agroextrativistas. Uma vez informados e caso a expectativa de qualidade seja atendida, esses consumidores farão o trabalho de multiplicação das informações junto às suas redes.

6 A venda direta acontece quando o produtor vende seus produtos diretamente aos consumidores finais, sem a necessidade de um estabelecimento comercial fixo e sem intermediários.

7 A venda indireta acontece quando o produtor usa os serviços de uma empresa (distribuidoras ou revendedoras) para chegar até o consumidor.

A respeito do escoamento da castanha-do-brasil coletada por povos indígenas, as alianças diretas entre produtores e consumidores é uma forma de comércio baseada na venda direta de produtos frescos ou sazonais, sem intermediários, para consumidores localizados em centros urbanos. Nessa modalidade de comércio, os próprios consumidores se organizam para acessar os produtos, que geralmente possuem algum tipo de diferenciação, como orgânicos, sustentáveis ou oriundos da sociobiodiversidade. O grupo de consumidores define um volume de castanha-do-brasil a ser adquirido de forma coletiva e divide os custos entre si, inclusive o frete.

Esse tipo de comércio ajuda a criar laços sociais, fomenta a equidade nas trocas comerciais, favorece a participação social e aplica uma lógica que incentiva a autonomia dos atores. As vantagens para os consumidores estão em pagar um preço menor do que encontrado no mercado local por comprarem diretamente de produtores. Para os extrativistas, trata-se de uma boa oportunidade porque essas alianças tendem ao pagamento de preços justos e, normalmente, antecipado.

Dito isso, diversificar os mercados é uma estratégia importante para reduzir riscos do desenvolvimento de negócios com castanhas-do-brasil. Como os mercados institucionais, tanto os públicos quanto os privados, apresentam variações mensais nos volumes adquiridos de castanha, diversificar os canais de comercialização para que não haja dependência de relações comerciais específicas é uma estratégia recomendável. Sobre os mercados local e regional, eles não absorvem grandes volumes de produção de castanha-do-brasil, portanto, para diversificar os canais de comercialização, é de grande importância a criação de estratégias que possibilitam acessar distribuidores que atuam em outras regiões do país e consolidar parcerias com empresas da indústria de transformação. No caso das alianças diretas entre coletores indígenas e consumidores, a questão está em as vendas serem pontuais, sem uma periodicidade definida. Ampliar essa rede de alianças que existe por todo território nacional pode ser uma solução para estabelecer certa regularidade no fornecimento.



CONSUMO INTERNO

O preço da castanha-do-brasil beneficiada é considerado alto, somente uma pequena parcela da população, de maior poder aquisitivo, consome o produto com maior frequência. Na região do Território Tupi Guaporé, por exemplo, o consumo de castanha-do-brasil é considerado pequeno. Lá não existe uma cultura de consumo da castanha-do-brasil enraizada, a não ser pela dos povos da floresta, e nem o incentivo para o consumo do produto pela população em geral. A castanha-do-brasil beneficiada e produzida em Rondônia e Mato Grosso é consumida majoritariamente nos maiores centros urbanos do Sul e Sudeste.

Para aumentar o consumo de castanha-do-brasil local e regional é necessário criar uma cultura de consumo do produto. Divulgar os benefícios e criar uma identidade da castanha-do-brasil como sendo uma iguaria local e cobiçada no mundo todo gera uma empatia entre consumidores locais e castanheiros, levando à ampliação do consumo local, trazendo reconhecimento social ao trabalho dos castanheiros e um maior dinamismo econômico. Criar o hábito de consumir castanha-do-brasil levará ao aumento gradual e consistente do consumo, não será apenas um modismo passageiro.

E popularizar o consumo do produto perpassa, necessariamente, por torná-lo mais acessível financeiramente. As diversas instituições que atuam na cadeia de valor da castanha-do-brasil devem agir conjuntamente, como iniciativas produtivas, usinas beneficiadoras, ONGs, universidades e agências técnicas. Isso envolve usar a criatividade e buscar formas eficientes de *advocacy*⁸ para criar uma atmosfera favorável à popularização do consumo da castanha-do-brasil, melhorando o ambiente de negócios e atraindo novos investidores e parceiros comerciais para o aperfeiçoamento da cadeia de valor.

8 *Advocacy* é um processo de reivindicação de direitos por indivíduos, organizações ou grupos de pressão no interior das instituições do sistema político para influenciar a formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DA CASTANHA-DO-BRASIL

Não há um caminho seguro e visível a ser trilhado para que empresas e iniciativas produtivas tenham êxito, mas é importante reconhecer a castanha-do-brasil como um produto que desperta interesse nos consumidores, demonstrando que ela se trata de um produto diferenciado. Dentre suas várias qualidades, como sabor, textura e benefícios à saúde, merece destaque o papel da sua cadeia de valor na conservação de florestas. Isso porque, conforme indicam pesquisas de mercado, existe uma tendência ao consumo consciente, ou seja, à valorização de produtos que obedecem aos princípios da sustentabilidade.

Uma das pesquisas que podem ser citadas está no documento *A Importância da Amazônia para o Brasil, os brasileiros e o mundo* (FEBRABAN, 2020), divulgada em agosto de 2020 pela FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) e cujos dados demonstram a disposição do consumidor a pagar um pouco mais caro por produtos sustentáveis. Com uma amostra representativa da população adulta brasileira, composta por 1.200 entrevistados, a pesquisa revelou que 64% da população estaria disposta a desembolsar mais por esse tipo de produto, principalmente os participantes de maior renda e escolaridade das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, externas ao bioma Amazônico. Vale ressaltar que o percentual cresce se for considerada apenas a disposição dos jovens (82%) e que no documento há citações a duas pesquisas internacionais, uma da Pew Research Center⁹ e outra da Comissão Europeia¹⁰, que demonstram que essa é uma tendência global.

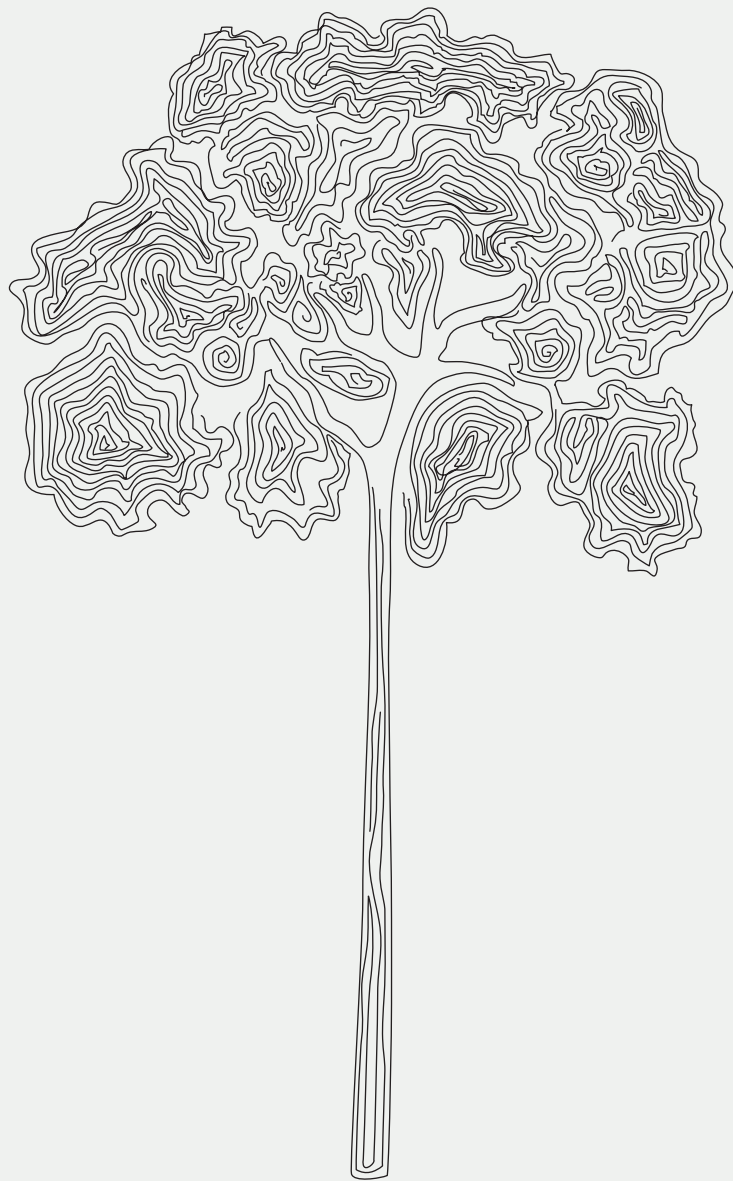
9 O relatório da Pew Research Centre demonstra que praticamente a mesma quantidade de cidadãos estadunidenses consideram que fortalecer a economia (67%) e proteger o meio ambiente (64%) deveria ser a prioridade das políticas públicas do país. (PEW RESEARCH CENTER, 2020).

10 Sondagem publicada pelo Eurobarômetro em 2019 que afirma que 93% dos cidadãos europeus consideram que proteger o meio ambiente é importante e que, dentre eles, 79% consideram a proteção ambiental muito importante. (EUROBAROMETRO apud FEBRABAN, 2020).

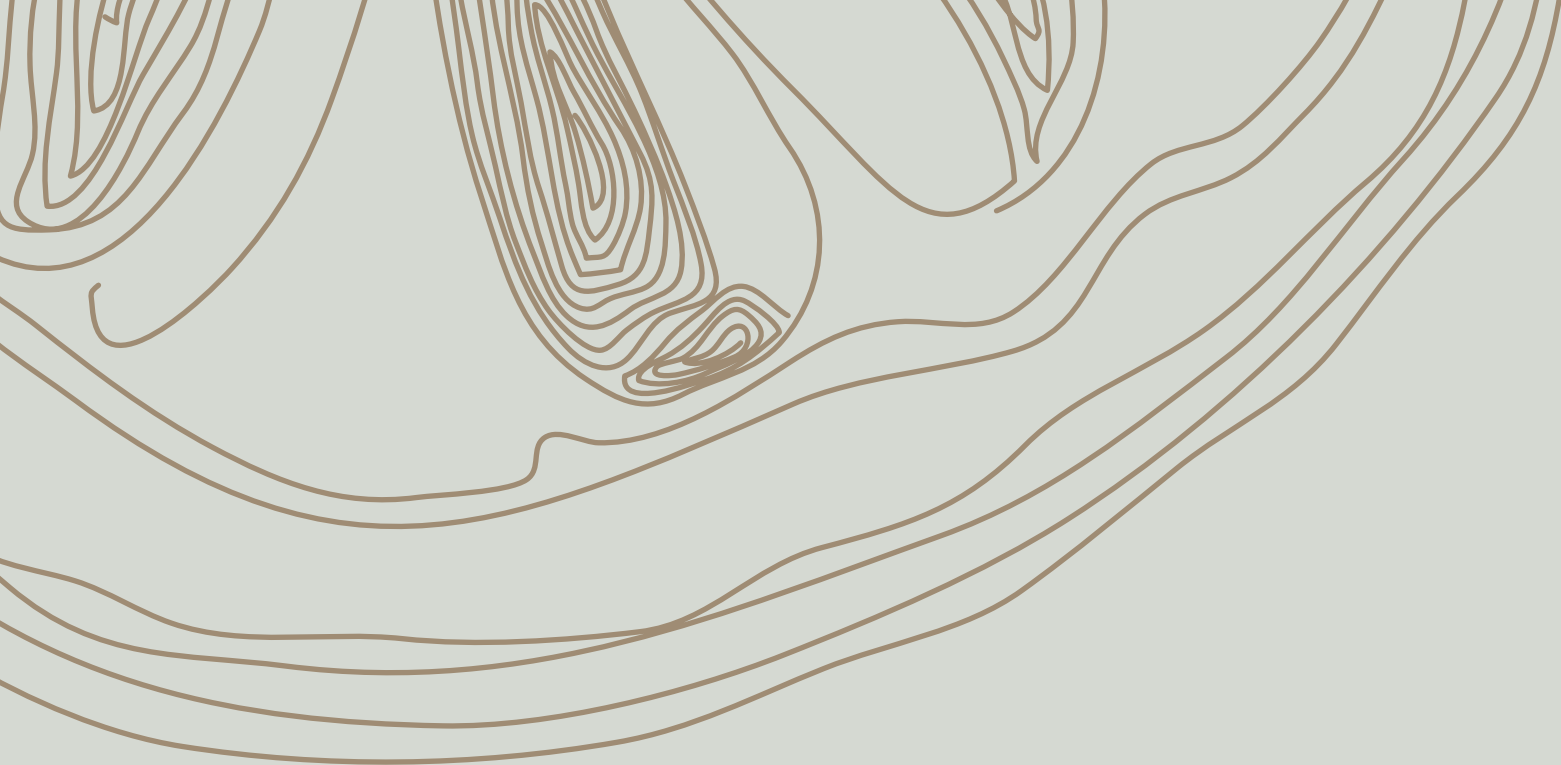
A pesquisa realizada pela FEBRABAN significa que, em tese, há o interesse das pessoas de contribuírem individualmente para a conservação da Amazônia, o que pode significar uma maior valorização de produtos de cadeias articuladas horizontalmente. Dentro desse cenário, a busca por produtos sustentáveis, ecologicamente corretos e que trazem algum benefício para a sociedade e a natureza deverão manter uma trajetória crescente para a sua demanda. Assim, as histórias de conservação das florestas e de manutenção dos modos de vida contidas em cada amêndoa de castanha-do-brasil precisam ser difundidas para valorizar o produto e abrir novos mercados.







PARTE II



TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ E O ORIGENS BRASIL[®]

Para destacar o caso de um dos principais articuladores das cadeias da sociobiodiversidade na Amazônia, convidamos o [Origens Brasil](#)® a compartilhar a inspiração por trás da criação da rede e como ela funciona. Como o projeto Nossa Floresta Nossa Casa da Forest Trends, o Origens Brasil® chegou ao território Tupi Guaporé, resultado da parceria entre Imaflora, Forest Trends, Pacto das Águas e Kanindé, em articulação direta com as organizações dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Origens Brasil®

A sobrevivência da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, está mais do que nunca em risco. No Brasil, seguem avançando as atividades predatórias e ilegais que são responsáveis pelas elevadas taxas de desmatamento, sobretudo para dentro de áreas protegidas e de territórios onde vivem povos indígenas e populações tradicionais. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) lançou recentemente um relatório que apresenta evidências científicas de que as áreas protegidas onde vivem esses povos da floresta – como TIs, territórios quilombolas e unidades de conservação – são uma maneira eficiente e econômica de reduzir emissões de carbono, mitigar as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e os serviços ambientais (FAO; FILAC, 2021). Essas áreas protegidas cumprem um papel fundamental para a conservação, mas os seus povos, contudo, têm pouco acesso aos mercados capazes de valorizar e remunerar de forma justa a produção tradicional. A geração de negócios e de renda compatível com a manutenção das áreas protegidas e da floresta em pé são essenciais para assegurar a qualidade de vida e a segurança necessárias para que eles tenham condições de viver em seus territórios de forma digna.

O desafio de valorizar e de diferenciar no mercado consumidor a produção de populações tradicionais e povos indígenas que vivem nesses territórios foi a mola propulsora para a criação da rede Origens Brasil®, uma rede premiada pela ONU¹ que conecta empresas e consumidores a cadeias de produtos da sociobiodiversidade dentro de áreas protegidas, gerando valor para a floresta em pé e para os povos da floresta que vivem dela. Articulada pelo Imaflora e pelo ISA, a criação dessa rede envolveu a participação de múltiplos atores engajados com a cadeia de produtos da sociobiodiversidade, como empresas, ONGs, lideranças dos povos presentes no território e organizações locais e comunitárias. Isso foi o que permitiu que a ideia fosse prototipada e articulada ao longo de 02 anos, antes do seu lançamento em 2016.

1 [Prêmio Internacional de Inovação para a Alimentação e Agricultura Sustentáveis da ONU](#), conferido em junho de 2010.

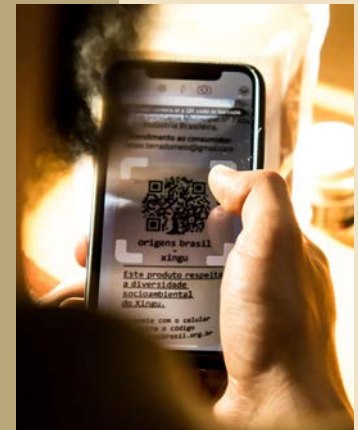


Figura 01 – Produtos da rede Origens Brasil® e usuário utilizando código QR para ter acesso a informações sobre produtores, suas culturas, territórios de origem, formas de produção e a comercialização dos produtos. **Fotos:** Fundação Banco do Brasil.

Com forte componente de tecnologia, comunicação e governança em rede, o Origens Brasil® visa aproximar do consumidor produtores de populações tradicionais e povos indígenas, promover relações comerciais mais éticas entre povos da floresta e o mercado e construir as garantias necessárias para atingir esses objetivos através de uma rede de confiança formada por empresas, consumidores e organizações comunitárias. A gestão das informações de cadeias de produtos da sociobiodiversidade é feita através de uma plataforma digital criada para a rede com o objetivo de conferir transparência e controle da produção e da comercialização nos territórios pelos produtores, empresas e consumidores. Os impactos da promoção das parcerias comerciais são monitorados anualmente pelo Origens Brasil® e, para que a rede seja capaz de induzir impactos positivos para as populações e seus territórios, esses resultados são disponibilizados ao público de forma a contribuir para uma relação comercial diferenciada e de longo prazo.

Quadro 01: **COMO FUNCIONA A REDE ORIGENS BRASIL® ?**

A plataforma digital recebe, armazena, sistematiza e disponibiliza as informações sobre indicadores de impacto e produtores, produção e comercialização dos produtos agroextrativistas.

Os diferentes membros da rede – populações tradicionais e povos indígenas (produtores), organizações comunitárias, instituições de apoio e empresas –se cadastram e inserem dados e informações de forma colaborativa na plataforma.

Dados e informações dos produtores também são coletados em campo via tablets e celulares, em seguida são registrados os dados de produção e de comercialização com a origem de cada produto, posteriormente enviados a um servidor online (a plataforma do Origens Brasil®). O Origens Brasil® confere ainda a transparência e a visibilidade aos produtos e suas histórias.

Os dados enviados para a plataforma são consolidados e ficam disponíveis para visualização pelos usuários (membros da rede) no painel de gestão (*dashboard*) na forma de mapas georreferenciados, gráficos e tabelas.

Através de um QR Code que acompanha os produtos, que é o próprio logotipo do Origens Brasil®, o consumidor tem acesso pelo celular a informações que vêm da plataforma sobre os produtores, suas culturas, territórios de origem, formas de produção e a comercialização dos produtos.

Figura 02 - **FUNCIONAMENTO DO ORIGENS BRASIL®**

**A GARANTIA
PAUTADA NA ANÁLISE DE
RISCO E NA COLABORAÇÃO
ENTRE OS ATORES**

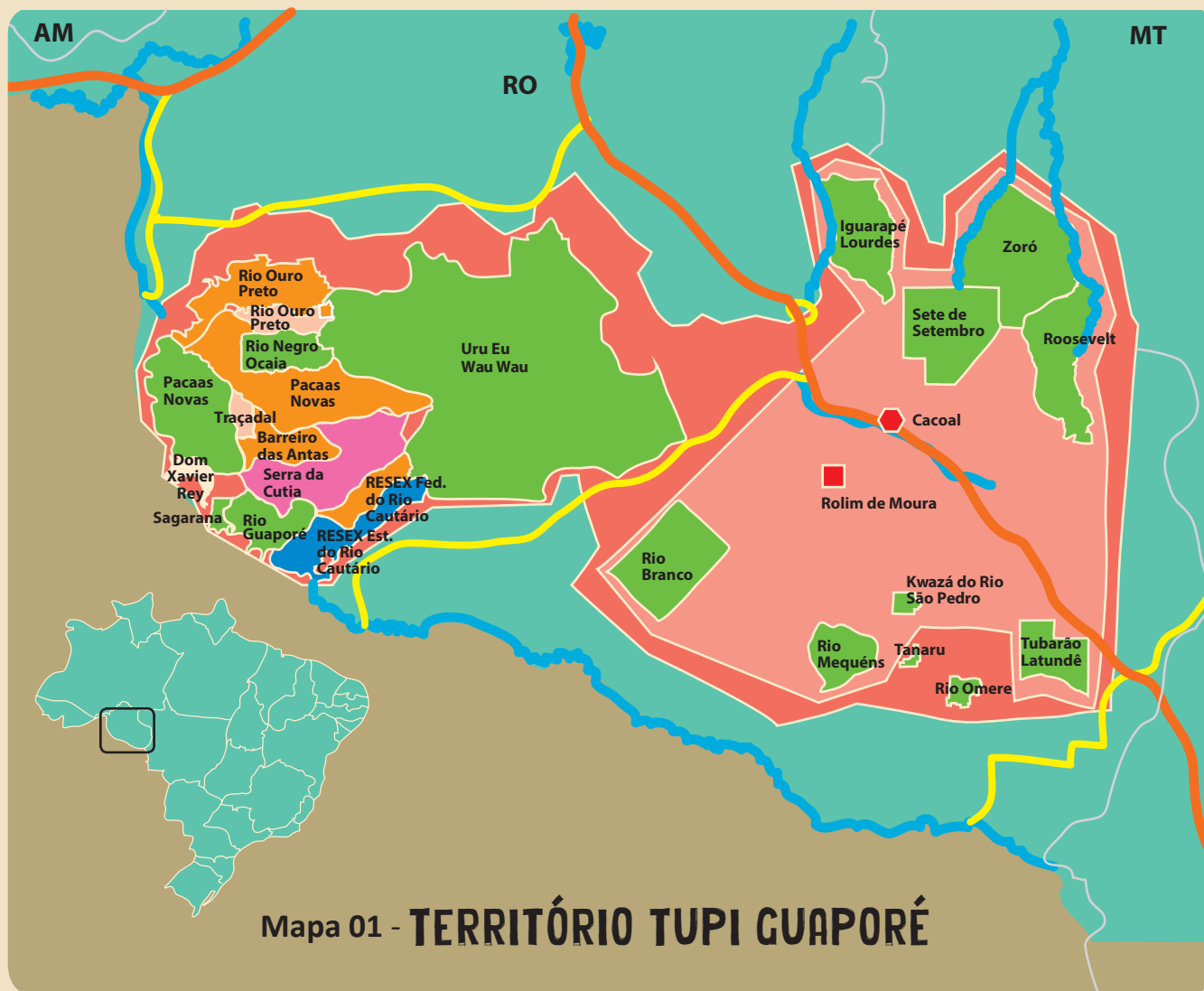


A abordagem do Origens Brasil® é territorial, ou seja, os produtos são provenientes de territórios formados por um conjunto de áreas protegidas, onde vivem populações tradicionais e povos indígenas que trabalham com as cadeias da sociobiodiversidade. Atuamos em 04 grandes territórios na Amazônia Brasileira – o Território do Xingu, Calha Norte, Rio Negro e Solimões – e expandimos recentemente para um novo território, o [Tupi Guaporé](#). Juntos, eles somam 38 áreas protegidas com atuação da rede Origens Brasil® – um total de 52 milhões de hectares – onde vivem povos de 43 diferentes etnias, falantes de mais de 50 línguas.

A forma de operação da rede se adapta às realidades dos povos em um processo que vai “de baixo para cima” (bottom-up) para construção coletiva de requisitos e para garantia de transparência das informações e das conexões comerciais. Os diferentes membros da rede – produtores, organizações comunitárias, instituições de apoio e empresas – participam de conselhos e comitês de governança do Origens Brasil® que se reúnem anualmente com objetivo de promover reflexões sobre melhorias da rede e aperfeiçoamento das relações comerciais entre as partes, contribuindo com uma governança territorial a partir da produção.

O Origens Brasil® no Tupi Guaporé:

Localizado entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, o Território Tupi Guaporé é formado por 22 áreas protegidas: 13 Terras Indígenas, 08 Unidades de Conservação e 01 Projeto de Desenvolvimento Sustentável que, juntos, somam mais de 05 milhões de hectares, o equivalente à área do estado do Rio Grande do Norte. O nome escolhido é uma referência a como se autodenominam alguns dos povos indígenas da região, os Tupi Mondé, e à bacia hidrográfica do Rio Guaporé-Madeira. O novo território surgiu da articulação junto ao Imaflora e pelas instituições de apoio [Forest Trends](#), [Pacto das Águas](#) e a [Kanindé](#).



- | | | |
|--|-------------------------------|-----------------------|
| América do Sul | Reserva Biológica Federal | Cacoal |
| Brasil | Parque Nacional | Rolim de Moura |
| Terra Indígena | Reserva Extrativista Federal | Mosaico Tupi |
| Projeto de Desenvolvimento Sustentável | Reserva Extrativista Estadual | Rios |
| | | Rodovias Federais |
| | | Rodovia Federal BR364 |

É formado por corredores de áreas protegidas que se interligam, envolvendo o Corredor Ecológico Binacional Itenez-Mamoré-Guaporé, os Corredores Etnoambiental Tupi Mondé e o Tupi Kwahiva. Esses corredores de áreas protegidas – onde vive uma grande diversidade de povos, com cerca de 28 povos indígenas e populações tradicionais – abrigam patrimônios culturais, sociais e ambientais que beneficiam todo o planeta Terra. São cerca de 10 mil (9.677) pessoas vivendo no território, sendo 8.076 indígenas e, o restante, populações tradicionais de castanheiros, seringueiros e extrativistas. A diversidade cultural se expressa nas 20 línguas indígenas do tronco Tupi e Macro-jê, com diversas famílias tais como a Mondé, Aikanã, Kanoe e Koazá, além dos povos isolados sem tronco linguístico identificado.

A aterrissagem do Origens Brasil® no território Tupi Guaporé é uma grande oportunidade de se iluminar o importante papel desses povos na conservação da floresta em pé e para fortalecer a colaboração entre os diferentes povos e atores que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade dessa região. A governança em rede potencializa o protagonismo das organizações locais e pode ser uma importante ferramenta de fortalecimento e da valorização dos povos indígenas e das populações tradicionais, permitindo construir alternativas econômicas às atividades ilegais e predatórias que constantemente ameaçam esse território.

Mariana Finotti - Imaflora / Origens Brasil®
Patrícia Cota Gomes - Imaflora / Origens Brasil®

O MOSAICO TUPI

CAPÍTULO 3





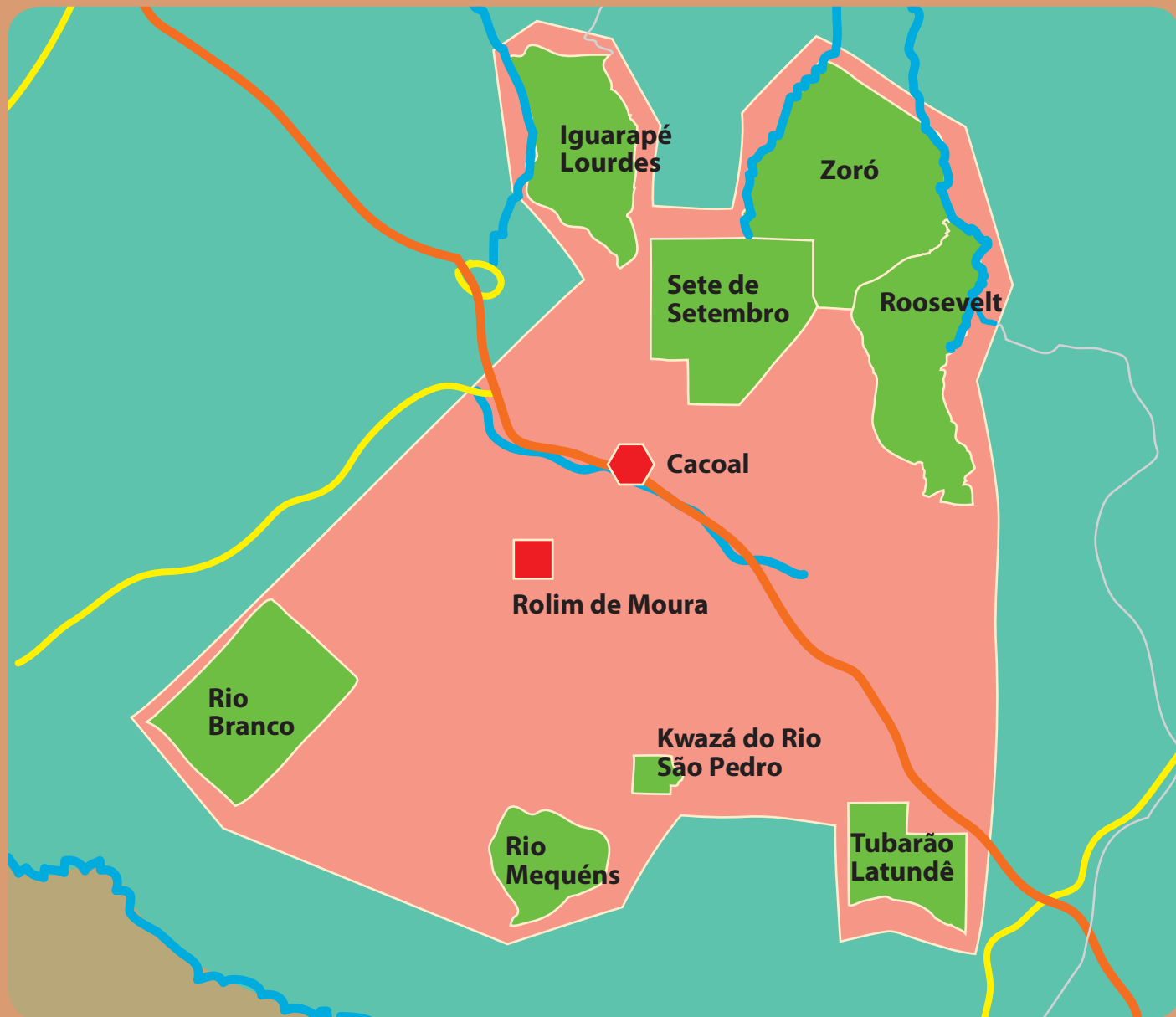
Percorrendo rios, igarapés e longas estradas da Amazônia brasileira, a ICGT-FT chega ao leste do Tupi Guaporé, onde estão as 08 Terras Indígenas de um território entre os estados de Rondônia e Mato Grosso que, em homenagem aos povos indígenas do tronco linguístico Tupi, majoritários na região, chamamos de Mosaico Tupi¹. Nele, trabalhamos junto aos povos para fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade, visando aumentar a resiliência, o bem viver e as oportunidades de geração de renda através de iniciativas econômicas indígenas, com foco na governança territorial, fortalecimento de organizações de mulheres, valorização cultural, fortalecimento institucional, segurança alimentar, garantia de direitos, meios de vida e conservação da floresta em pé.

O recorte territorial do Mosaico Tupi compreende as TIs Igarapé Lourdes, Kwazá do Rio São Pedro, Rio Branco, Rio Mequéns, Roosevelt, Sete de Setembro, Tubarão Latundê e Zoró, que juntas somam aproximadamente 1,5 milhões de hectares e 5.881 indígenas. Nelas, estão distribuídos 21 povos falantes de diferentes línguas, dentre os quais 12 são falantes do tronco Tupi (famílias Rama Rama, Tupari e Mondé), 02 são do tronco Macro-jê (família Jabuti), 01 é da família Aruak-Maipure, 03 são de famílias linguísticas isoladas (Aikanã, Kanoe e Koazá), 02 são da família Nambikwara Sabanê e os demais são povos isolados sem tronco linguístico identificado (Tabela 01). Em um cenário de enfrentamento de grandes desafios da fronteira do desmatamento na Amazônia e de apagamento de modos de vida tradicionais, essas 08 TIs ainda detêm estoques de carbono florestal de importância global, cumprem função hidrológica e permanecem patrimônio de grande diversidade biológica e cultural.

1 Mosaico Tupi é uma denominação dada pela própria ICGT-FT para designar sua principal área de atuação junto a povos indígenas da Amazônia brasileira, nos estados de Rondônia e Mato Grosso. Ressaltamos que, ao ser adotada essa terminologia, não se pretende, de maneira alguma, classificá-las através dos modelos adotados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.



Mapa 01 - TERRITÓRIO MOSAICO TUPI



Brasil

Terra Indígena

Mosaico Tupi

Rios

Rodovias Federais

Rodovia Federal BR 364

Cacoal

Rolim de Moura

Tabela 01 – **TERRAS INDÍGENAS DO MOSAICO TUPI (LESTE DO TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ)**

TI	ÁREA (HÁ)	POVOS	POPULAÇÃO EM 2010
Rio Branco (TIRB)	236.137	Aikanã Arikapú Aruá Djeoromitxí Kanoê Makurap Tupari Ajuru Kampé	679
Rio Mequéns (TIM)	107.553,00	Guaratira Makurap Sakurabiat	95
Kwazá do Rio São Pedro (TIK)	16.799,90	Aikanã Kwazá	25
Tubarão Latundê (TITL)	116.619,40	Aikanã Kwazá Nambikwara Latundê Nambikwara Sabanê	195
Roosevelt (TIR)	230.826,30	Apurinã Cinta larga	1817
Zoró (TIZ)	355.789,60	Zoró	711
Sete de Setembro (TISS)	248.146,90	Paiter Suruí	1375
Igarapé Lourdes (TIIL)	185.533,60	Ikolén Isolados na Serra da Providência Karo	984

Fonte - Elaborado pela autora com dados obtidos do IBGE, 2010; e do documento interno - *Avaliação das Dinâmicas Econômicas da Forest Trends*, 2019.

Olhar as fronteiras ao redor das TIs é importante para governança e proteção territorial e, no caso do Mosaico Tupi, esse é um ponto bastante sensível. Pelas questões geográficas, pelas influências que a região sofre e apesar das fronteiras estaduais, todas as TIs são mais ligadas ao estado de Rondônia do que ao de Mato Grosso, como é o caso das TIs Roosevelt e Sete de Setembro, divididas entre Rondônia e Mato Grosso, e da TI Zoró, cuja delimitação está apenas no Mato Grosso. Compreender esse laço é importante porque Rondônia é um estado cuja ocupação está fundamentada em três aspectos: desrespeito ao capital natural, ocupação e apropriação de terras sem o devido controle do estado e exclusão dos povos indígenas (DOS SANTOS, 2015). Assim, vê-se que foi um contexto inóspito aquele em que as TIs do Mosaico Tupi tiveram a homologação de suas terras, o que ocorreu entre 1983 e 2003 com o objetivo de garantir os direitos indígenas, reduzir os conflitos agrários e preservar a sociobiodiversidade no território (Figura 02).

HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DO MOSAICO TUPI

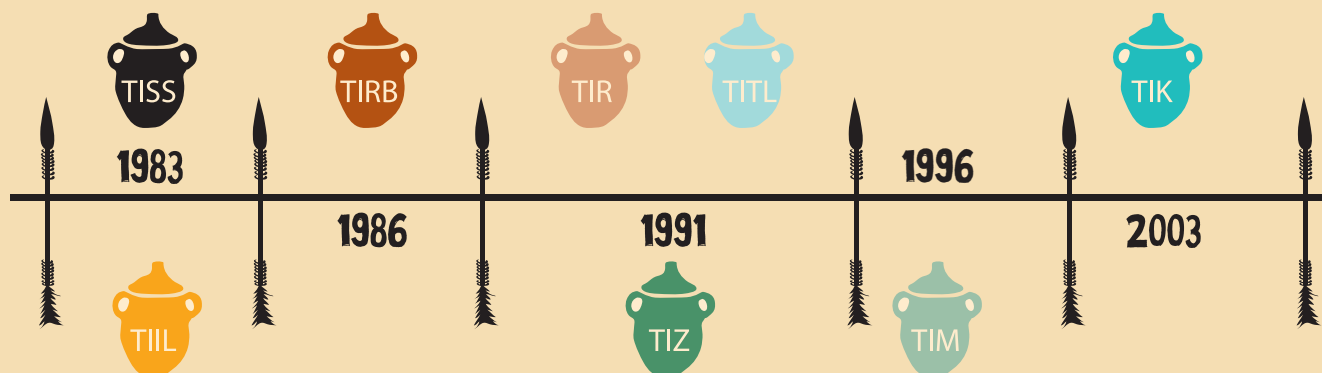


Figura 01 – Linha do tempo da homologação das Terras Indígenas do Mosaico Tupi.

Legenda:

- TISS** – Terra Indígena Sete de Setembro
- TIRB** - Terra Indígena Rio Branco
- TIR** - Terra Indígena Roosevelt
- TITL** - Terra Indígena Tubarão Latundê
- TIK** - Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro
- TIZ** - Terra Indígena Zoró
- TIM** - Terra Indígena Rio Mequéns
- TIIL** - Terra Indígena Igarapé Lourdes

Quadro 01-

MODOS DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA: CONSOLIDAÇÃO DE UM CENÁRIO ADVERSO PARA OS POVOS INDÍGENAS DO MOSAICO TUPI.

A ocupação do atual estado de Rondônia, o mais influente sobre as TIs do Mosaico Tupi, começou a partir da primeira década do século XVIII com as missões jesuíticas ao longo do Rio Madeira e, posteriormente, com as descobertas de ouro nos afluentes do Rio Guaporé. Contatos mais duradouros com as populações indígenas dessa região se tornaram mais comuns a partir da década de 1870, com o início do primeiro ciclo da borracha, que teve duração até a segunda década do século XX (REIS, 1997). Entre 1907 e 1915, a comitiva chefiada pelo Mal. Cândido Rondon foi designada a exercer o processo de abertura e instalação das linhas telegráficas (FONSECA e TEIXEIRA, 2001), o que levou à criação de estações telegráficas que se tornaram polos de agrupamento de trabalhadores e migrantes, ampliando muito o contato com os povos indígenas e dando origem a vários dos atuais municípios de Rondônia.

A partir da década de 1960, com o início da abertura da BR-364, o avanço das frentes colonizadoras e dos projetos de interiorização no estado tiveram como uma de suas consequências a ocupação de territórios indígenas por posseiros e garimpeiros. Disso resultou o aumento de conflitos já existentes com essas populações, levando a massacres de povos e, em muitos casos, à desocupação de territórios tradicionais. Na década seguinte, o principal vetor passou a ser o avanço predatório da fronteira agropecuária e as explorações mineral e florestal, o que também ocorreu dentro de um contexto de violência, expropriação e negação da possibilidade de convívio entre sociedades indígenas e não-indígenas.

A convivência e a interação entre os povos indígenas e a sociedade não indígena rural foi intensificada a partir da década de 1980, quando houve avanços nas demarcações das TIs entre 1983 e 2003. Isso ocorreu especialmente com os grupos que viviam no entorno direto dos territórios, ocupado por colonos, e com a sociedade urbana dos municípios da região. Mesmo com a persistência de fatores que desde o início corroboram com contextos de violência e expropriação, o fortalecimento das articulações para a garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 e a criação de organizações e estratégias de governança territorial indígena vem abrindo novos cenários e perspectivas para os povos que vivem na porção leste do território Tupi Guaporé.

Os impactos decorrentes da forma com que o estado de Rondônia foi ocupado ainda perduram e, apesar das demarcações, o contexto das TIs permanece muito desafiador. Os municípios em que elas estão distribuídas, tanto em Rondônia quanto no Mato Grosso, têm sua economia baseada nos setores primário, secundário e terciário – agropecuária, indústria e serviços – e, devido à intensa exploração de recursos naturais, grande parte da área foi e continua desmatada. Um exemplo é a região onde está a TI Tubarão Latundê, na qual as propriedades rurais vêm se tornando alvo de disputa internacional para expansão do agronegócio no estado, principalmente a pecuária, o cultivo da soja e as barragens hidrelétricas. Devem ser citadas ainda as TIs Uru Eu Wau Wau, Sete de Setembro e Igarapé Lourdes: as maiores áreas de pecuária do estado de Rondônia não apenas ficam nos municípios em que estão essas TIs como também fazem fronteira com os territórios (SANTOS e GOMIDE, 2015).

Vê-se, assim, que as áreas de entorno das TIs do Mosaico Tupi apresentam uma intensa pressão antrópica, com aumento linear da supressão vegetal, muitas vezes incentivada pela expansão da fronteira agrícola nos estados através de uma estrutura de propriedade altamente concentrada. Isso acaba por potencializar a degradação ambiental e cultural, podendo até mesmo redefinir características importantes para o bem viver dos povos indígenas em seus territórios, como desaparecimento de espécies vegetais utilizadas na medicina tradicional e artesanato, redução da pesca e caça, escassez de alimentos, diminuição da qualidade da água e redução das práticas tradicionais de cultivo. Ainda assim, apesar dessas pressões, a cobertura florestal tem se mantido em pé: em busca de impedir com que o desmatamento avance em seus territórios, os povos mantêm constante a vigilância e a articulação pela garantia de seus direitos.





Figura 02 – Marico em processo de tecelagem, TI Rio Branco.
Foto: Maria Barcelos



Figura 03 – Marico em uso, TI Rio Branco.
Foto: Suellen Mangueira.



Figura 04 – Preparo da bebida fermentada – chicha de cará roxo.
Fonte: Suellen Manguiera.

OS POVOS DO MOSAICO TUPI

Os 21 povos do Mosaico Tupi compartilham diversas características culturais semelhantes. Um exemplo é o “Complexo Cultural do Marico” (MALDI, 1991), um agrupamento de povos que possuem algumas similaridades, tendo como elementos principais os cestos de fibra de tucum (marico), malocas no formato de colmeia e chicha (bebidas fermentadas de milho, cará e mandioca). Esse complexo cultural inclui não somente a cultura dos povos que falavam línguas do tronco Tupi na região, mas também a dos falantes das línguas Jabutí (Macro-Jê) e de línguas isoladas, como Aikanã e Kwaza.

Outra semelhança compartilhada por vários desses povos é a maneira com que relatam a história de origem. Em geral, contam que os povos vieram de um mesmo lugar onde inicialmente estavam presos (da terra ou de uma pedra) e que aqueles que conseguiram sair são os que formaram os grupos e clãs que conhecemos hoje. Também é comum a participação de animais nesses acontecimentos, como ajudar as pessoas a escaparem de onde estavam por meio de um portal (buraco). Segundo os Zorós, por exemplo, a história ocorreu da seguinte forma:

(...) Gurá fez uma grande festa que atraiu mais gente e multiplicou o número de pessoas! E logo ele tampou a porta e a maloca virou pedra. Neste tempo todos os animais eram gente. Por isso escutavam e entendiam a todos. Eles escutavam os gritos de desespero do povo dentro da pedra pedindo socorro. Pássaros de todas as espécies tentaram furar a pedra com seus bicos-machado (...). Somente um periquito, o Paxurey (periquito de cara preta) conseguiu fazer um pequeno buraco na pedra (...) e assim o povo o conhece como “kinam bibi wey”, o pássaro que salvou a gente. Então, as pessoas começaram a sair pelo pequeno e apertado buraco. Cada clã se apresentava. Foram saindo. Primeiro os Pangyjēj: -“Somos os Pangyjēj!”. Depois os Kabanej (Suruí) - “Somos os Kabanej!” - Em seguida foram saindo os outros “Somos os Ikulēj! (Gavião)!” , “So - mos os Mamēj” (Cinta Larga)! -“Somos os Jala (não índios)!” - e, assim, sucessivamente foram saindo todas as raças que existem no mundo. (BARCELLOS et al., 2019)



A lista de produtos da sociobiodiversidade nos territórios é bastante extensa e foi em torno desses recursos da floresta que aconteceu a transição de uma economia apenas baseada na reciprocidade, que era a economia antes do contato, para as relações comerciais com não indígenas. O início dessa experiência com o mercado se deu primeiro através da comercialização de artesanato e de utensílios de uso diário, depois veio o látex da seringueira e outros produtos da floresta. Vale ressaltar que, no Mosaico Tupi, logo após o contato as principais moedas de troca e de comercialização eram o artesanato e a castanha-do-brasil.

A composição básica da renda familiar em geral é composta pelo trabalho e produção nos roçados, pelo artesanato, pelo extrativismo e pela criação de animais, assim como por aposentadorias, programas de transferência de renda e salários de funcionários públicos (saúde e educação). De acordo com o monitoramento realizado pela UNIR em parceria com a ICGT-FT (UNIR, 2020), 85,5% das famílias do Mosaico Tupi trabalham com atividades agrícolas e 72,6% com extrativismo. Esses dados demonstram que um mesmo grupo familiar pode assumir mais de uma atividade de forma simultânea ou periódica, dedicando esforços concentrados para atender tanto à subsistência quanto aos mercados regional e nacional, o que ocorre sobretudo com a castanha-do-brasil. Dentre essas atividades, vale ressaltar que o artesanato é realizado por 58% da população indígena envolvida nas atividades econômicas, tendo grande importância para a geração de renda, principalmente entre as mulheres.



Figura 05 – Gongo servido no Centro Cultural Wagoh Pakob.

Foto: Lica Donaire.



Apesar desse estreitamento da relação com os não indígenas ter levado a alterações de hábitos e ao surgimento de novas demandas dentro das aldeias, os povos mantêm seus modos de vida e de consumo tradicionais. As famílias continuam praticando caça de animais, pesca, coleta de frutos, de mel de abelha, de gongos², de matérias primas para o artesanato e de plantas medicinais. Além disso, a base produtiva ainda é organizada e mantida em torno de núcleos familiares, tanto nas atividades de subsistência quanto de produção comercial. Esse trabalho ocorre principalmente com o extrativismo da castanha-do-brasil, do açaí, do cacau, da copaíba, com roçados diversos e, mais recentemente, com a produção de café, uma prática crescente dentro das TIs, principalmente na TI Sete de Setembro e na TI Rio Branco.

Além de cadeias já bem consolidadas, como a da castanha-do-brasil, do artesanato, do cacau e do açaí, as Terras Indígenas do Mosaico Tupi abrigam excepcional potencial na exploração de outros produtos florestais não madeireiros – como o extrativismo de babaçu, seringa, sementes e pupunha, a produção de farinha de mandioca, a apicultura, a roça de cará, batata doce, amendoim, a fruticultura – e possuem alto potencial turístico e de turismo de base comunitária. Sobre as áreas de vegetação nativa que foram suprimidas por influência direta ou indireta do

2 O gongo é uma larva consumida cru ou frita. Também conhecida por morotó, ela é amplamente encontrada em frutos de palmeiras, como o tucum e o babaçu.



Figura 06 – Gongo servido no Centro Cultural Wagoh Pakob.
Foto: Lica Donaire.



contato com o não indígena, elas são suficientes para suprir as necessidades de plantio tradicional e para experiências com reflorestamento e outros tipos de cultura. Em geral, os roçados variam de 0,5 a 02 hectares e cumprem um importante papel na segurança alimentar, além de demonstrarem potencial para a geração de renda.

É importante dizer, porém, que se quisermos consolidar o manejo sustentável e conservação da sociobiodiversidade amazônica, é fundamental que tenhamos ações voltadas à valorização das pessoas que a protegem e que dependem de seus recursos, como os povos do Mosaico Tupi. As dificuldades de acesso a políticas públicas e instrumentos de fomento colocam as comunidades em situação de exploração de sua força de trabalho, explicitada pela relação desigual com os mercados locais e regionais e pela desvalorização de preços e produtos. Essa realidade atinge diversos indígenas, mesmo aqueles que conseguiram criar articulações positivas por meio de projetos que contribuem para o desenvolvimento de arranjos entre instituições indígenas, da sociedade civil e governamentais. Os entraves encontrados em relação à governança territorial e das cadeias de valor dificulta a busca por oportunidades e o entendimento de mercado, criando desafios complexos e estimulando novos arranjos para os indígenas se inserirem em novas atividades econômicas e para consolidarem as existentes, assim gerando retornos econômicos promissores, financeiros e não financeiros, e assegurando a salvaguarda territorial e a sobrevivência social e material das famílias.



AS INICIATIVAS ECONÔMICAS INDÍGENAS

CAPÍTULO 4





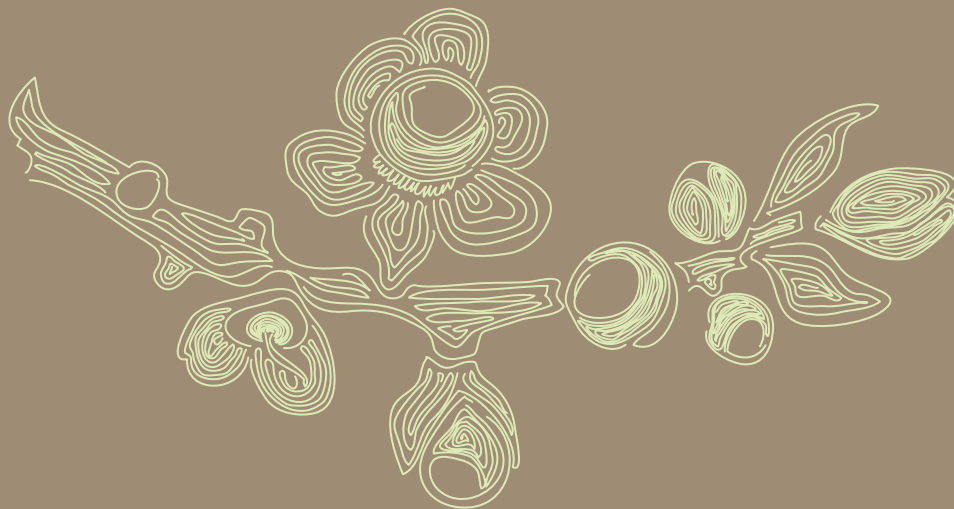
Figura 01 – Coletora de castanha Neuza Biakut Zoró.

Foto: Tatiana Tintino.



Arao 'a, Canrã, Mamgap, Mãhgabe Yirü ¹. Todas essas palavras são nomes em diferentes línguas indígenas do Território Tupi Guaporé para a castanheira, árvore que faz parte da vida cotidiana de muitos povos indígenas da Amazônia. Ela atrai animais que consomem suas flores e servem aos povos de fonte de proteína, seus galhos são usados como lenha sem que seja necessário derrubá-la e, das castanhas encontradas em ouriços caídos, os indígenas retiram amêndoas para consumi-las in natura, preparar diversas iguarias indígenas, como a pamonha, o beiju e a paçoca, e para extrair o óleo que lubrifica e protege arcos e colares.

1 Nomes da castanha-do-brasil em diferentes idiomas indígenas no Território Tupi Guaporé: Arao 'a (Tupari); Canrã (Mequéns); Mamgap (Pangyjej ou Zoró); Mãhgab (Paiter ou Suruí); Yirü (Aikanã).



Esses castanhais são áreas de uso comum entre os indígenas e as atividades de manutenção das vias e limpeza dos castanhais normalmente são feitas em mutirão, trabalho coletivo que envolve diferentes gerações. Durante essas atividades, saberes são transmitidos de uma geração à outra e não apenas sobre o trabalho com a castanha-do-brasil, mas também sobre a natureza e sua fauna, flora e conservação, assim como conhecimentos sobre práticas tradicionais, como a caça, a pesca, a coleta de alimentos. A transmissão intergeracional desses saberes firma a identidade indígena, criando conexões entre a nova geração e seus antepassados, cujas histórias e crenças são contadas e rememoradas. É também então que guerreiros e lideranças antigas dos povos podem ser lembrados, celebrados e cultuados. Essas incursões envolvem rituais de perpetuação de culturas e cosmovisões, momentos únicos de vivência comunitária que acompanharão sempre a existência dos jovens.

Além do significado cultural das incursões nos castanhais, há também a forma com que o trabalho nos castanhais está vinculado à preservação dos territórios e a ciclos naturais da floresta. Ao colocarem castanhas em seus paneiros e se deslocarem pelas trilhas das florestas, por exemplo, sementes podem cair no chão: com a ajuda de pequenos roedores, como a cutia, que enterra essas sementes, algumas com o tempo podem germinar, levando à renovação das árvores. Assim, quanto mais castanheiros nas áreas de coleta, maior será a renovação dos castanhais e a conservação florestal (LOBO, 2016).



A respeito da proteção e conservação dos territórios, são justamente essas inserções dos castanheiros na mata que lhes proporcionam o reconhecimento como legítimos guardiões das florestas – é quando as vigiam e monitoram, denunciando a existência de atividades ilegais. Na TI Zoró, uma das terras indígenas do Mosaico Tupi, essa é a “forma de fiscalização tradicional do povo Pangyjej” (CARDOSO et al., 2015) para conferir as áreas sensíveis à invasão, ao corte de madeira, ao garimpo, à caça, à pesca e a qualquer outra atividade ilegal ou proibida.

Todas essas práticas e rituais ainda estão presentes na vida dos povos do Território Tupi Guaporé, onde quase todas as famílias se envolvem com a coleta de ouriços². Isso ocorre durante a safra, entre novembro e abril, mas não somente: desde que sejam evitados os períodos de queda do fruto, quando há risco de acidentes, a coleta pode ser feita enquanto houver ouriços no chão dos castanhais. Por outro lado, se antes do contato com a economia de mercado a prática acontecia somente conforme as necessidades alimentares das famílias indígenas, atualmente a atividade prioriza a comercialização. E, dentro desse cenário, iniciativas econômicas indígenas (IEI), como as dos castanheiros que se organizam em grupos, associações ou cooperativas, desempenham uma função essencial para os territórios.

2 Como foi comentado no Capítulo 01 – Cadeia, a coleta pode ocorrer em rotinas diárias ou durante períodos em que famílias acampam em castanhais distantes e/ou de difícil acesso. Ambas as formas são praticadas nas TIs do Mosaico Tupi.



Figura 02 – Coletoras de castanha Paiter Suruí. **Foto:** Acervo COOPAITER.



IEIS E A CASTANHA-DO-BRASIL

Respeitando agricultores e extrativistas enquanto categoria social e não meros produtores de mercadoria, iniciativas econômicas indígenas organizam o trabalho coletivo dos castanheiros no interior da floresta. Além das incursões durante o período de coleta, há atividades que ocorrem ao longo de todo o ano, como manutenção e limpeza dos castanhais, e nelas os castanheiros também observam a quantidade de ouriços nas trilhas. Eles relatam essas informações e, assim, as IEIs podem ter uma previsão sobre qual será o tamanho da safra.

Outra atribuição mais sutil das iniciativas econômicas indígenas é mostrar para a sociedade envolvente que é possível gerir os recursos naturais de uso comum, fugindo das abordagens dicotômicas sobre a gestão de recursos em que de um lado está a privatização do acesso a eles e do outro, a intervenção do Estado como regulador. No caso da castanha-do-brasil, com seus castanhais coletivos e trabalhos em mutirão, as iniciativas econômicas indígenas são capazes de organizar os castanheiros e empreender uma modalidade de apropriação economicamente eficiente, socialmente equitativa e que, considerando horizontes de longo prazo, respeita os limites necessários para a sustentabilidade da base de recursos naturais sem que haja superexploração deles.



No que concerne a negociação de castanha-do-brasil, a centralização da produção nas iniciativas econômicas indígenas permite formas de comercialização alternativas à negociação individual de castanheiros com os atravessadores, o que, como foi apresentado no primeiro capítulo, pode reduzir o retorno financeiro dos castanheiros e promover relações de poder normalmente assimétricas. Através do trabalho das IELs, a produção é negociada de forma coletiva e a remuneração do trabalho dos castanheiros é feita de forma mais justa. Entretanto, a falta de capital de giro necessário para o pagamento no momento de entrega da mercadoria é uma dificuldade comum e, caso a iniciativa econômica não possa fazer o pagamento à vista, alguns castanheiros terminam por negociar a produção por um preço menor com os atravessadores, que realizam o pagamento de forma imediata.

Em relação às dificuldades em torno da aquisição da castanha-do-brasil junto aos extrativistas, é importante notar que isso pode estar relacionado ao estágio de desenvolvimento da IEL, bem como no tipo de organização social como foi formalizada. A respeito da obtenção de crédito para a produção via sistema bancário ou políticas públicas, por exemplo, cooperativas são o tipo de iniciativa produtiva mais propícia a acessar linhas de crédito. Para tanto, é necessário que estejam regularizadas e sem pendências, como é o caso da COOPAITER (Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí), que, em parceria com a CONEXUS (Instituto Conexões Sustentáveis), tem conseguido desenvolver sua produção acessando mercados institucionais do Governo Federal e linhas de crédito especiais para garantir o capital para a aquisição da castanha in natura, aprimorar os processos produtivos e garantir a continuidade do beneficiamento.

A respeito da rede que sustenta a cadeia de valor da castanha-do-brasil, as iniciativas econômicas indígenas são o elemento-chave na articulação do conjunto de atores que compõem essa cadeia. Na perspectiva da articulação horizontal, as IELs são quem aglutina as instituições que estruturam a cadeia de valor da castanha-do-brasil dentro dos territórios. Sob a perspectiva da articulação vertical, elas são o primeiro elo da cadeia de valor que interage com o mercado, estabelecendo conexões com outras instituições em uma atuação em rede, proporcionando o acesso. As iniciativas econômicas indígenas ocupam, portanto, uma posição estratégica na governança da cadeia de valor da castanha-do-brasil por serem o eixo que articula a cadeia de valor por completo, horizontal e verticalmente.

COOPAITER

Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí



Figura 03 – Embalagem da Castanha-do-Brasil COOPAITER. **Foto:** Elizangela Suruí.

A Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí (Coopaiter) surgiu em 2017 devido à necessidade do povo Paiter Suruí de organizar a produção da TI Sete de Setembro, inclusive a castanha-do-brasil. Os indígenas já negociavam a castanha informalmente e a cooperativa ganhou força como alternativa de renda para as famílias indígenas.

A sede da Coopaiter fica no antigo prédio da Funai, cedido para a cooperativa através de uma concessão de uso, no distrito de Riozinho, município de Cacoal (RO). Ela processa as castanhas-do-brasil provenientes das aldeias da TI Sete de Setembro e a Funai auxilia no transporte das castanhas, emprestando, conforme a disponibilidade, o caminhão para levar a produção à sede. Algumas dessas aldeias centralizam a produção para facilitar o escoamento até a cooperativa.

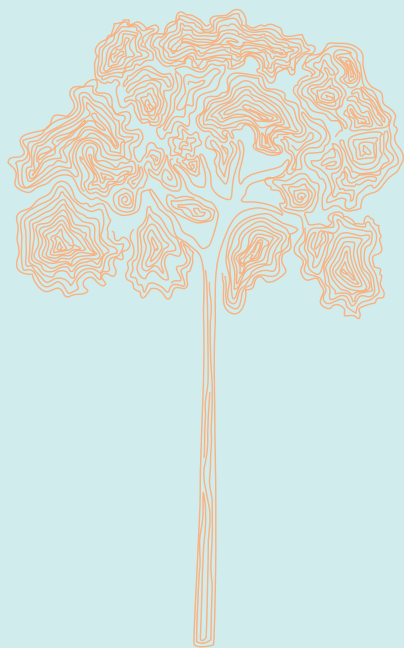
Quando a castanha in natura é entregue na sede da cooperativa, primeiramente é feita a secagem em uma estufa solar. Depois, as castanhas secas são submetidas à alta pressão e vapor, em uma autoclave, para expandir a casca em relação à amêndoa. Depois, as castanhas são congeladas por três dias e, após esse período, são descascadas e classificadas por tipo (quebrada ou inteira) e tamanho e, por fim, as amêndoas são desidratadas em um forno e embaladas para a comercialização. A cooperativa vem recebendo apoios da Forest Trends em algumas etapas do processo produtivo.

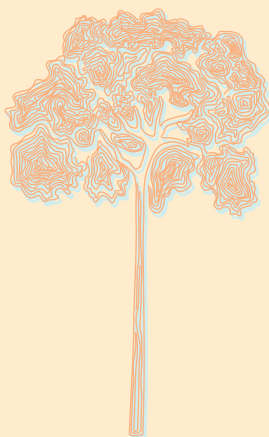
Algumas vendas da cooperativa são realizadas para consumidores em aliança direta. Ao menos dois grupos têm adquirido a castanha-do-brasil com maior frequência: um da cidade de Botucatu, interior de São Paulo, e o outro de Brasília. Eles a compram por um preço superior ao que a cooperativa receberia ao comercializar no mercado local, o pagamento é antecipado e o frete é arcado pelos grupos consumidores. Além desses grupos, a Coopaiter fornece para duas redes de mercado no Mato Grosso e uma distribuidora na região sul do país.

Recentemente, a cooperativa passou a acessar mercados institucionais através de uma parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e está comercializando a castanha-do-brasil a um preço superior à média do mercado regional. Ademais, a Coopaiter negocia com um grupo chinês para fornecer castanhas-do-brasil através de uma articulação que teve início após a apresentação na feira Agrolab, promovida pelo Sebrae-RO. No evento, o grupo demonstrou interesse sobre os benefícios da castanha-do-brasil para a saúde e sobre o extrativismo sustentável. Além do Sebrae, o Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento (MAPA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) têm auxiliado na parte burocrática junto à Receita Federal para que a Coopaiter se torne apta a fazer exportações.



POSFÁCIO





O apoio concedido ao projeto Nossa Floresta Nossa Casa (NFNC) simboliza um importante marco para a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA). A iniciativa, que ilustra a parceria de sucesso entre a Forest Trends e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foi o primeiro projeto a integrar o atual portfólio de programas de impacto da PPA e poder contar com um projeto estruturado de fortalecimento das capacidades e da governança econômica territorial de 08 TIs do território Tupi Guaporé qualifica o repertório de iniciativas que recebem suporte da plataforma.

A iniciativa Nossa Floresta Nossa Casa produz conhecimentos e aprendizados que podem ser compartilhados com todo o ecossistema de impacto da Amazônia. O projeto já apresenta resultados sensíveis e significativos sobre as Iniciativas Econômicas Indígenas, principalmente quando aliadas à conservação da floresta. Esse esforço fortalece a cultura e a resiliência dos povos indígenas e gera, assim, oportunidades de renda baseadas no uso sustentável da biodiversidade.

A aproximação institucional com o projeto NFNC também permitiu a implementação da metodologia de monitoramento, avaliação e aprendizados da PPA. É a partir do ferramental indicado por essa metodologia que a plataforma traduz as ações realizadas em campo em indicadores e evidências de transformação socioambiental positiva. Esse tipo de interação também permite colher informações estratégicas, as quais podem ser repartidas com toda a rede de parceiros. Vislumbra-se, assim, criar uma inteligência coletiva na busca pelos melhores caminhos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.


A região amazônica possui um tecido social singular, composto por uma vasta diversidade de populações locais. Assim, engloba a maior parte da população indígena do país e abriga ribeirinhos, quilombolas, seringueiros. Essa vasta diversidade étnica e populacional precisa dialogar com a sustentabilidade e a

conservação da biodiversidade. Os povos e comunidades tradicionais aliam seu modo de vida a conhecimentos que contribuem para a conservação da floresta em pé e a respectiva manutenção dos serviços ecossistêmicos que ela provê. Desse modo, são fundamentais o entendimento dessas populações e a proposição de modelos e de novos empreendimentos que aliam proteção da floresta e geração de renda visando desenvolvimento local.

De maneira geral, esses grupos étnicos desenvolvem sua produção em espaços menores, mas de maior diversidade, quando comparados com a produção agropastoril dominante no Brasil, marcada pelo latifúndio e pela monocultura. Os indígenas têm sido um grande exemplo de ocupação territorial que mantém grandes bolsões de floresta: até hoje, as Terras Indígenas são mais bem conservadas que o seu entorno e contribuem para preservação dessa biodiversidade – a taxa de desmatamento nas Terras Indígenas foi de 2% no período de 2000 a 2014 enquanto nas áreas ao redor, que não são protegidas, foi de mais de 19% (PINTO et al, 2020). Atualmente, são mais de 400 terras demarcadas que ocupam cerca de 100 milhões de hectares na Amazônia, representando mais de 20% do território amazônico e 60% das Terras Indígenas do Brasil. Essas terras têm o objetivo de garantir a proteção dos direitos e da identidade desses povos. Entretanto, é importante destacar que, mesmo com as demarcações, essas populações vivem em constante ameaça territorial – e de vida – dado o complexo contexto de disputas territoriais, grilagem e desmatamento na Amazônia.

A PPA acredita que a imprescindível conservação da biodiversidade da Amazônia só será alcançada a partir da criação de oportunidades para que as populações locais e os povos indígenas possam receber e gerar valor compartilhado, de maneira sustentável, mantendo a conservação da floresta. Em 2021, com o intuito de aprimorar sua proposta de valor, a PPA lançou sua Tese de Aceleração: o material, que traz uma cuidadosa leitura do contexto amazônico e uma visão analítica do ecossistema de impacto da região, faz menção direta à necessidade de fortalecimento dos negócios comunitários e/ou liderados por populações locais.





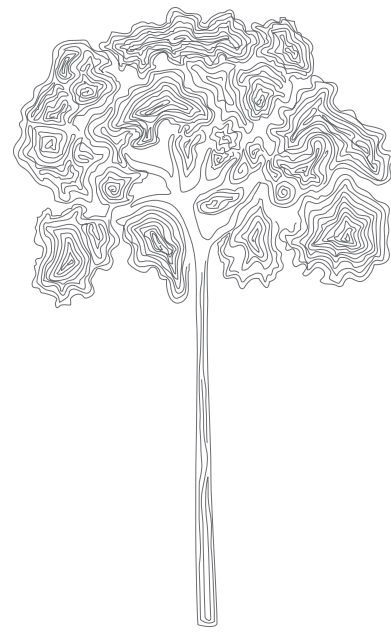
Esse tipo de empreendimento possui grande relevância no território e seu desenvolvimento proporciona melhorias de vida para muitas pessoas. O projeto NFNC, que já trabalha de maneira dedicada ao fortalecimento dos negócios indígenas, também contribui para que todo o portfólio de negócios acelerados pelos programas da PPA possa ganhar solidez e maturidade, aumentando e diversificando sua produção, qualificando o valor agregado e, dessa maneira, estimulando o consumo da produção legitimamente amazônica.

À medida que os negócios liderados por povos indígenas se desenvolvem, se diversificam e acessam novos mercados, ganham também o poder de levar um pouco da cultura, dos costumes e das virtudes da floresta para todo o mundo. A partir do momento que se reconhece o potencial de produção sustentável da Amazônia, é possível pleitear novos recursos, desenvolver novas tecnologias e atrair o consumo. Esse consumo, vinculado a um produto de alto valor agregado, é o que vai permitir a geração de receitas fundamentais para fomentar o desenvolvimento humano, a proteção dos recursos naturais e a manutenção dos saberes e da tradição local.

Em sua Tese de Aceleração, a PPA mapeou como um grande desafio a elaboração de estratégias conjuntas, levando em consideração modos de vida dos povos indígenas, a agenda ambiental e as possibilidades de geração de renda. Nesse sentido, além de políticas públicas, o fomento de negócios de impacto socioambientais que têm essa população como empreendedor, parceiro ou fornecedor pode ser um dos caminhos. Com a realização de iniciativas como a NFNC e apoio de implementadores como a Forest Trends, a plataforma tem trabalhado arduamente para contribuir com essa agenda.

Augusto Corrêa

Secretário Executivo da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D; ALVES, F. B; e PIRES, L. (org.). **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade**: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha do Brasil e Borracha-FDL no Acre. Brasília - DF: GIZ-Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil, 2012.

BARCELLOS, M. et al. **Nós, Pangyjēj Zoró**: Nossa Terra e as Mudanças Climáticas. Formação de Mediadores Culturais para Mudanças climáticas, florestas e gestão territorial. e. ed. Porto Velho: Forest Trends, 2019. Disponível em: < <https://tinyurl.com/34pfk5w9> > . Acesso: 15 de dez. de 2021.

BORGES, J. R. Porque a bioeconomia Amazônica é um caminho para o Brasil. **Página22**, 28 jul. 2021. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2sb677px> > . Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Brasília, DF. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF: 2009. Disponível em < <https://tinyurl.com/2jxzb4tz> > . Acesso: 14 dez. de 2021.

CAVALCANTE, K. V. et al. **O extrativismo no século XXI**: a castanha no Amazonas. Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica 9. Brasília: [s.n.]. 2011. p. 1-20.

CARDOSO, I. B. et al. (org). **Terra Indígena Zoró**: diagnóstico etnoambiental participativo, etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas - volume III. Porto Velho (RO): Kanindé, 2015. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p9dukxb> > . Acesso: 21 dez. 2021.

COSLOVSKY, S. V. Economic Development without Pre-Requisites: How Bolivian Producers Met Strict Food Safety Standards and Dominated the Global Brazil-Nut Market. **World Development**, p. 32-45, 2014. ISSN 0305-750X.

DOS SANTOS, V. S. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. **Revista Fórum Identidades**, Porto Velho, v. 16, n. nº 16, set 2015. ISSN 1982-3916.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - FEBRABAN. A importancia da Amazônia para o Brasil, os brasileiros e o mundo. Observatório FEBRABAN. **Portal FEBRABAN**, agosto 2020. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p95kdwn> >. Acesso em: 03 set. 2021.

FONSECA, D. R.; TEIXEIRA, M. A. D. **História regional: Rondônia**. 4. ed. Porto Velho: Rondoniana, 1998.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO; FONDO PARA EL DESARROLLO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS - FILAC. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques**. FAO. Santiago, Chile, p. 172. 2021. (978-92-5-133873-5).

FONDO PARA LA DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE - EDF. **La contribución de los Pueblos Indígenas Amazónicos es vital para la estabilidad del clima mundial**. Fondo para la Defensa del Medio Ambiente - EDF. [S.l.]. 2017.

FOREST TRENDS. REDDX Resources. **REDDX Tracking Forest Finance**, 2013. Disponível em: <<https://reddx.forest-trends.org/resources/>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FUNDO VALE. **Áreas protegidas**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p8m2pzt> >. Acesso em: 14 dez. 2021.

HALLA, M (org). **Miembros del Consorcio de Apoyo a Pueblos Indígenas, Comunidades Locales y Bosques*, aliados y colaboradores**. Washington, D. C.: Forest Trends, 2018. Disponível em: < https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/05/Livro-23alt_16largESP1.pdf >. Acesso em: 14 dez. 2021.

LOBO, M. F. S. **Impactos Socioambientais da Coleta de Castanha-do Pará (*Bertholletia excelsa*, Bonpl.) na Reserva Biológica do Rio Trombetas e Entorno, Oriximiná, PA.** Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia) - Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Santarém. 2016.

MALDI, D. O Complexo Cultural do Marico: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, Afluentes do Médio Guaporé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7(2), p. 209-269, 1991. ISSN 0522-7291.

PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. Sobre nós. **PPA - Parceiros Pela Amazônia**, 2021. Disponível em: < <https://ppa.org.br/sobre-nos>

PEW RESEARCH CENTER. **As Economic Concerns Recede, Environmental Protection Rises on the Public's Policy Agenda.** Pew Research Center, 2021. Disponível em: < <https://tinyurl.com/h53fffpk> >. Acesso: 16 dez. 2021.

PINTO, E. P. et al. **Assentamentos Sustentáveis na Amazônia:** o desafio da produção familiar em uma economia de baixo carbono. Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a sustentabilidade no Brasil, Santiago, p. 89-101, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45591> >. Acesso em: 23 nov. 2021.

REIS, A. **Seringal e o seringueiro.** 2ª. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE - RRI. **Who Owns the World's Land? A global baseline of formally recognized indigenous and community land rights.** Washington, DC: RRI, 2015. Disponível em: <https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/GlobalBaseline_complete_web.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SANTOS, A. M.; GOMIDE, M. L. C. A ocupação do entorno das Terras Indígenas em Rondônia, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 417-436, set./dez. 2015.

TRADEMAP. List of importing markets for the product exported by Brazil in 2020: product 080121 Fresh or dried brazil butts, in shell. **Trademap – Trade statistics for international business development**, 2021a. Disponível em: < <https://tinyurl.com/castanhacomcasca> >. Acesso: 16 dez. 2021.

TRADEMAP. List of importing markets for the product exported by Brazil in 2020: product 080121 Fresh or dried brazil butts, shelled. **Trademap – Trade statistics for international business development**, 2021b. **Trademap – Trade statistics for international business development**, 2021b. Disponível em: < <https://tinyurl.com/castanhasemcasca> >. Acesso: 16 dez. 2021.

TRADEMAP. List of importing markets for a product exported by Brazil: product 0801 Coconuts, Brazil nuts and cashew nuts, fresh or dried, wheter or not shelled or peeled. **Trademap – Trade statistics for international business development**, 2021c. Disponível em: < <https://tinyurl.com/mrfyu44k> >. Acesso: 16 dez. 2021.

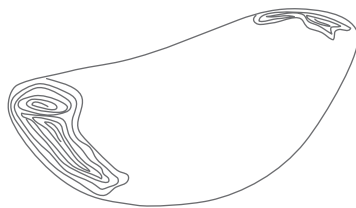
TRADEMAP. List of supplying markets for a product imported by Brazil: product 0801 Coconuts, Brazil nuts and cashew nuts, fresh or dried, wheter or not shelled or peeled. **Trademap – Trade statistics for international business development**, 2021d. Disponível em: < <https://tinyurl.com/4aesvyks> > Acesso: 16 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR. **Relatório de resultado da pesquisa de campo Mosaico Tupi**. UNIR. Cacoal. 2020.

WALKER, T. W. N. et al. A systemic overreaction to years versus decades of warming in a subarctic grassland ecosystem. **Nature Ecology & Evolution**, jan. 2019.

WALKERA, W. S. et al. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **IPAM Amazônia**, 27 jan. 2020. Disponível em: < <https://tinyurl.com/4pf32m4w> >. Acesso em: 14 dez. 2021.

WHITE, A.; MARTIN, A. **Who owns the world's Forests? Forest ternure and public forests in transition**. Washington, D.C.: Forest Treends, 2002. ISBN 0-9713606-2-6. Disponivel em: < <https://www.forest-trends.org/publications/who-owns-the-worlds-forests-forest-tenure-and-public-forests-in-transition/> >. Acesso em: 14 dez. 2021.



Este livro foi diagramado
no programa Indesign CS6
e ilustrado no programa
Illustrator CS6. As fontes
utilizadas são Cheap Potatoes
Black, Myriad Pro,
Hockey is Lif e Calibri.

